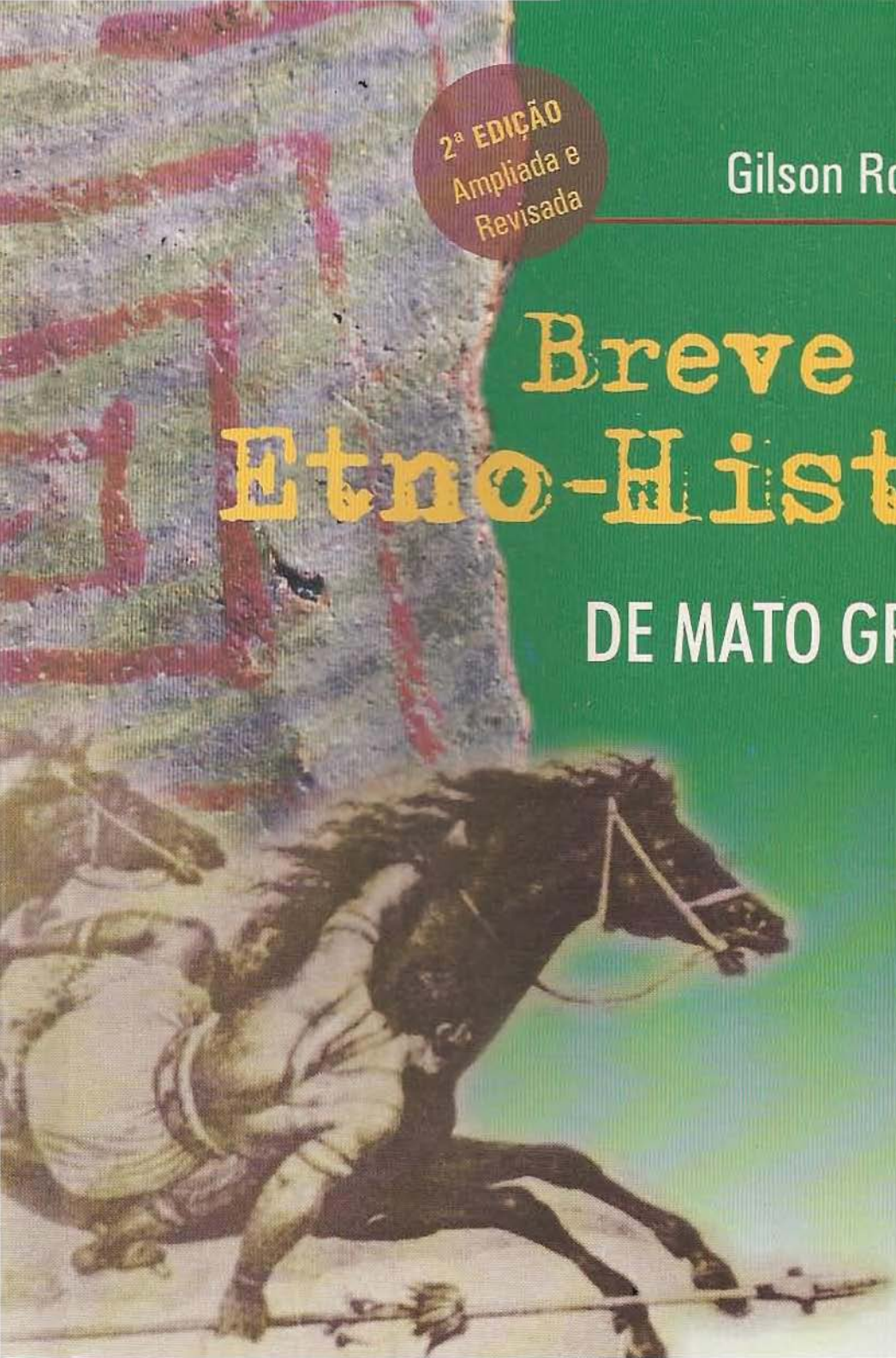
2ª EDIÇÃO
Ampliada e
Revisada

Gilson Rodolfo Martins

Breve Painel Etno-Histórico

DE MATO GROSSO DO SUL



com pea
INEP
EDITORA UFMS

Gilson Rodolfo Martins

Breve Painel Etno-Histórico

DE MATO GROSSO DO SUL

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

Reitor
Manoel Catarino Paes - Peró

Vice-Reitor
Mauro Polizer

1ª edição publicada em 1992

2ª edição aprovada pelo
CONSELHO EDITORIAL DA UFMS
Resolução 41/99

CONSELHO EDITORIAL
Amaury de Souza (presidente)
Cláudio Alves Vasconcelos
Élcia Esnarriaga de Arruda
Horácio Porto Filho
José Batista Sales
Mônica Carvalho Magalhães Kassar
Neuza Maria Mazzaro Somera
Orlinda Simal Isidoro de Souza
Rosa Maria Fernandes de Barros
Silvana de Abreu
Walber Luiz Gavassoni

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
COORDENADORIA DE BIBLIOTECA CENTRAL/UFMS

Martins, Gilson Rodolfo
M386b.2 Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul / Gilson Rodolfo Martins. – 2.ed. ampl. e rev. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2002.
100 p. : il. ; 21 cm.

Esta publicação contou com o apoio do COMPED e INEP, no âmbito do Programa Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores.
ISBN 85-85917-92-X

1. Índios da América do Sul – Mato Grosso do Sul – História. I. Título.

CDD (21) – 980.4171

Gilson Rodolfo Martins

Breve Painel Etno-Histórico DE MATO GROSSO DO SUL

2ª Edição
Ampliada e Revisada

Campo Grande - MS
2002

Esta publicação contou com o apoio do Comitê dos Produtores da Informação Educacional (COMPED) e teve sua reprodução contratada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), no âmbito do Programa Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores.

Projeto Gráfico e
Editoração Eletrônica
Editora UFMS

Revisão
Gilson Rodolfo Martins

Direitos exclusivos
para esta edição

EDITORA UFMS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL
Portão 14 - Estádio Morenão - Campus da UFMS
Fone: (67) 345-7200
Campo Grande - MS
e-mail:editora@editora.ufms.br

ISBN: 85-85917-92-X
Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Impresso no Brasil

Dedico este trabalho a
Iberê, Ara, Itay, Iray e
a todas as crianças "brancas"
que amam as crianças indígenas.

Prefácio

Em 1992, quando foi publicada a primeira edição do "Breve Painel Etnohistórico de Mato Grosso do Sul", completava-se o quinto centenário do "descobrimento" da América. Em alguns lugares esse momento foi objeto de comemorações e em outros de protestos. Ao mesmo tempo, mais de uma centena de chefes de Estado reuniram-se, no Rio de Janeiro, no âmbito da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, ECO 92, promovida pela Organização das Nações Unidas - ONU. Nesse evento, um índio sul-mato-grossense, Marcos Terena, representando os povos indígenas do mundo, falou para a plenária de autoridades internacionais: "Nosso futuro está planejado nos rastros de nossos antepassados".

Passados quinhentos anos, o Novo Mundo, apesar de sua extensão e diversidade ambiental, ainda não conciliou os que já estavam com os que chegaram. O quase extermínio da população nativa é indicativo da necessidade de uma nova consciência. A devastação ambiental colonial, inaugurada nos primeiros anos do século XVI com o extrativismo do pau-brasil e o comércio de peles de animais silvestres, ainda não foi freada. Como a economia indígena e a européia, em relação aos recursos naturais, seguiram direções opostas, progressivamente tornou-se mais profundo o abismo intercivilizatório.

Foi buscando contribuir para a reflexão em busca da difusão da tolerância e do respeito ao pluralismo étnico que escrevemos este pequeno livro. Não procuramos fixar culpados, apenas descrever acontecimentos. Houve uma aceitação muito positiva da primeira edição do "Breve Painel...". Pensamos que ela atingiu seus objetivos.

Agora, em sua segunda edição – contemplada pelo Programa Publicações de Apoio à

Formação Inicial e Continuada de Professores do Comped/Inep – a obra é colocada à disposição dos leitores em uma versão colorida, ampliada e revisada.

Dez anos separam a primeira da segunda edição. Neste tempo, a situação dos índios, em Mato Grosso do Sul, mudou para melhor. Nossa esperança é de que nossos futuros não sejam, ainda por muito tempo, paralelos.

Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins
Aquidauana-MS, 2002

Apresentação da 1ª Edição

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, vem desenvolvendo um Projeto de Apoio à Educação Indígena do Estado.

Este projeto procurou contemplar e, posteriormente, implementar propostas expressas no relatório final do "Seminário Estadual de Alfabetização – AIA/90 – Alfabetização no Estado de Mato Grosso do Sul", no que se refere a:

- trabalhos conjuntos com entidades governamentais e não governamentais ligadas à educação indígena, envolvendo atualização e capacitação de recursos humanos;
- construção de materiais didáticos que atendam às especificidades das comunidades indígenas e à questão do bilingüismo;
- reunião de documentos, livros, revistas, artigos, teses, dissertações, monografias, que tratem dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul;
- realização de cursos, palestras, publicações sobre língua e cultura indígena, visando subsidiar principalmente os professores com informações sobre o pluralismo étnico-regional.

O trabalho que estamos apresentando "Breve Painel Etno-Histórico de Mato Grosso do Sul", escrito pelo professor Gilson Rodolfo Martins (UFMS), faz parte das metas deste projeto, uma vez que, com textos e com imagens, procura oferecer a estudantes e a professores informações básicas sobre a história dos povos indígenas deste Estado.

Profª Aldema Menine Trindade
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Campo Grande-MS, 1992

Sumário

Prefácio
7
Apresentação da Primeira Edição
8

Introdução
11

Pré-história e Arqueologia de Mato Grosso do Sul
17

Os Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul
e o Contato com a Civilização Européia
33

Introdução

Ao observarmos o panorama étnico brasileiro, verificamos que a área compreendida pelo Estado de Mato Grosso do Sul ocupa um lugar de destaque. Apesar dos estudos arqueológicos na região serem ainda preliminares, o território estadual, pelo que já se sabe, foi significativamente ocupado e transitado por grupos de caçadores/coletores/pescadores pré-históricos que, orientando-se em seus deslocamentos sazonais (nomadismo) pelos cursos fluviais, migravam pelo interior do continente. Associado a este entroncamento de trilhas naturais, um exuberante e complexo ecossistema tropical oferecia ao homem pré-histórico condições plenas para o desenvolvimento das culturas humanas. Nesta perspectiva científica, importantes dados deverão ser obtidos com o aprofundamento das pesquisas sobre a origem e as dinâmicas culturais do homem pré-histórico na América.

Quando os colonizadores europeus chegaram nesta região, nas primeiras décadas do século XVI, encontraram aqui um conjunto de sociedades indígenas, composto por etnias representantes de três dos quatros troncos lingüísticos que formam o universo etno-lingüístico brasileiro. Eram várias centenas de milhares de índios portadores de sistemas culturais ricamente diferenciados. Esses grupos, às vezes, possuíam divergências entre si mas respondiam bem, cada segmento ao seu modo, às equações colocadas pela paisagem que também era múltipla e variada como veremos adiante. Em função disso, desde os primeiros momentos da colonização ibérica no continente, a área estadual, apesar de sua distância dos centros econômicos mercantilistas na América do Sul, foi, de imediato, inserida na estratégia econômica do sistema colonial na condição de importante fonte fornecedora de

O Pantanal sul-mato-grossense foi cenário da maior e mais obstinada oposição nativa à presença colonizadora ibérica na história do Brasil.

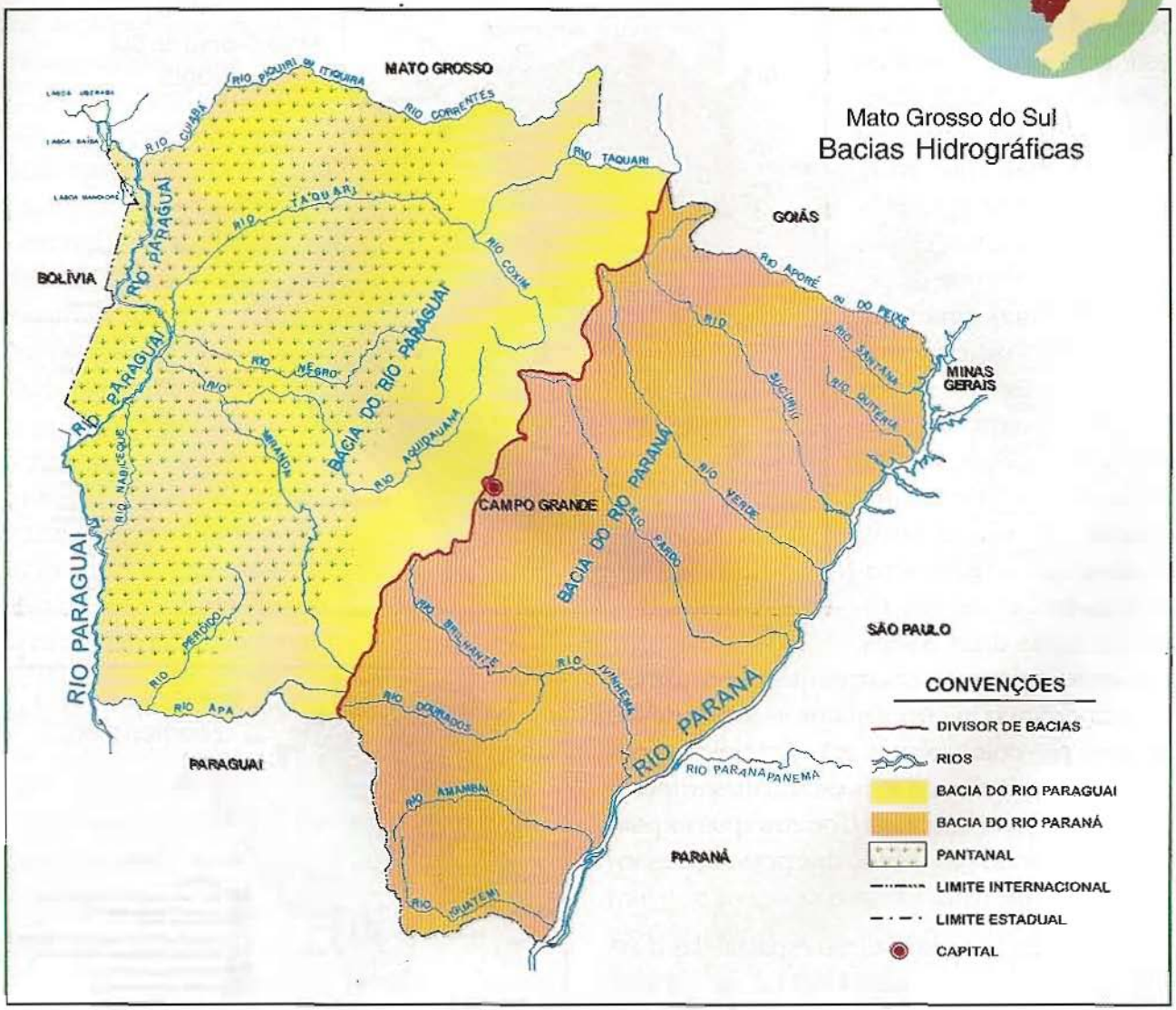
uma mercadoria vital para o funcionamento desse modelo: a mão-de-obra compulsória.

Durante os cinco séculos da presença européia em Mato Grosso do Sul, a resistência indígena à ocupação colonial de seu território foi a tônica das relações intercivilizatórias. O Pantanal sul-mato-grossense foi o cenário da maior e mais obstinada oposição nativa à presença colonizadora ibérica na história do Brasil.

O resultado desse violento contato intercivilizatório quase provocou o extermínio definitivo da população indígena local. Nos três primeiros séculos da colonização, diversas sociedades autóctones, portadoras de modelos comportamentais específicos, desapareceram deixando poucos vestígios arqueológicos representativos de seu modo de ser, o que acarretou perdas irreparáveis para o conhecimento do homem e de sua natureza cultural. Hoje, mais de cinqüenta mil índios vivem em Mato Grosso do Sul, ou seja, é a segunda maior concentração de população indígena do Brasil, após a amazônica.

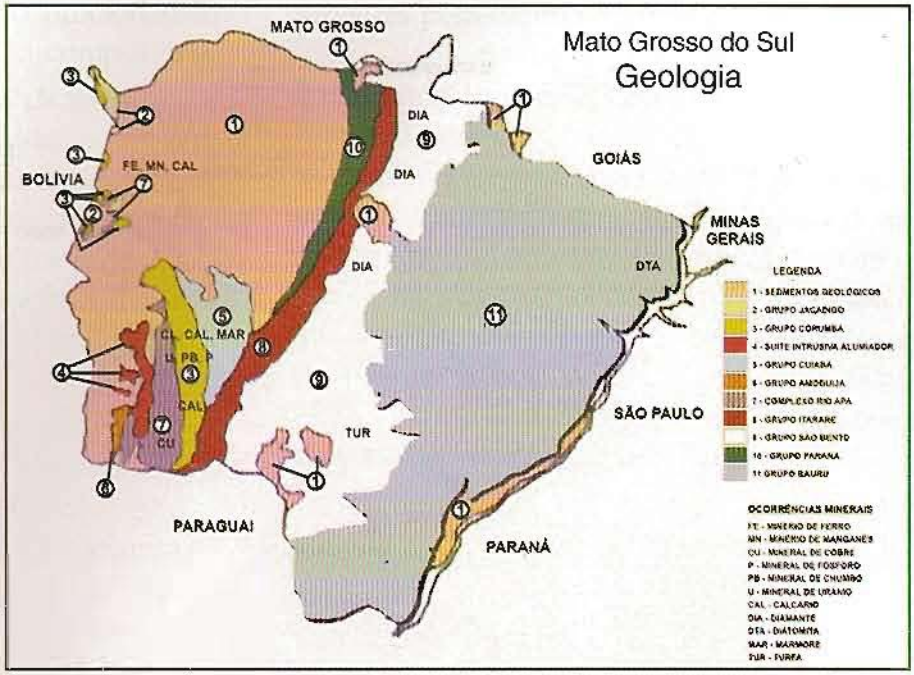
Como outros grupos de índios brasileiros, a maioria das comunidades indígenas sul-mato-grossenses vive em áreas bem reduzidas. Reservadas pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio – SPI, no começo do século XX, são frações mínimas de seu território pré-colonial. No sul do Estado, algumas centenas de famílias Guarani/Kaiowá, estão assentadas nas margens de algumas rodovias aguardando o retorno para suas terras tradicionais. Entre cinco ou seis mil pessoas, sobretudo da etnia Terena, diluem-se entre a população marginalizada das maiores cidades do Estado, tais como Dourados, Campo Grande, Aquidauana e Miranda, na condição de "índios desaldeados".

O quadro natural de Mato Grosso do Sul, com aproximadamente trezentos e cinqüenta mil quilômetros quadrados de área, em termos hidrográficos, faz do Estado o que se pode chamar de uma região potâmica, ou melhor, mesopotâmica. Balizado no sentido leste-oeste pelas calhas dos dois maiores rios sul-americanos depois do Amazonas – o Paraguai a Oeste e o Paraná a Leste – os quais fluem paralelamente na direção Norte-sul, Mato Grosso do Sul inscreve-se na porção setentrional da bacia Platina. O interior do Estado, entre esses rios, é entrecortado por seus afluentes, compondo uma bacia hidrográfica com perfil "espinha de peixe". A serra de Maracaju, nome

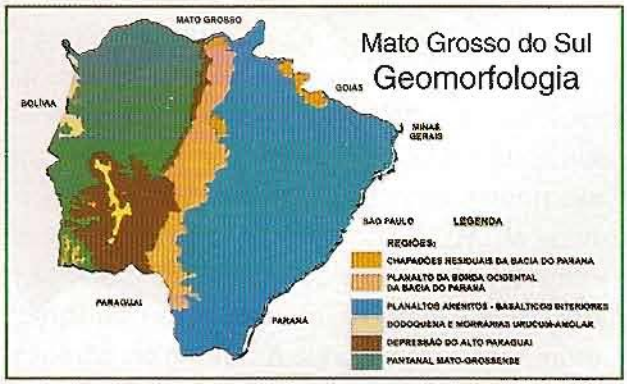

Mato Grosso do Sul
Bacias Hidrográficas
MATO GROSSO
GOIÁS
MINAS GERAIS
SÃO PAULO
PARANÁ
PARAGUAI
BOLÍVIA
CAMPO GRANDE
BACIA DO RIO PARAGUAI
BACIA DO RIO PARANÁ
RIO PARAGUAI
RIO PARANÁ
RIO PARANAPANEMA
RIO CORRENTES
RIO TAQUARI
RIO COXIM
RIO NEGRO
RIO AQUIDAUANA
RIO APORÉ ou DO PEIXE
RIO SANTANA
RIO QUITERIA
RIO SUCURIU
RIO VERDE
RIO PARDO
RIO BRILHANTE
RIO IVINHEMA
RIO DOURADOS
RIO AMAMBAI
RIO IGUATEMI
RIO APA
RIO PERÓDO
RIO NABILEQUE
CONVENÇÕES
DIVISOR DE BACIAS
RIOS
BACIA DO RIO PARAGUAI
BACIA DO RIO PARANÁ
PANTANAL
LIMITE INTERNACIONAL
LIMITE ESTADUAL
CAPITAL

Todos os rios estaduais são perenes e navegáveis e sempre foram suportes para um intenso tráfego fluvial das populações indígenas e coloniais.

regional da borda sudoeste do Escudo Cristalino Brasileiro ou Planalto Central Brasileiro, alinhada eqüidistantemente entre os dois grandes cursos hídricos referidos é, por ser a maior altitude do relevo estadual (mais ou menos 600 m), ao mesmo tempo, divisor de águas entre eles e também a cabeceira dos principais afluentes estaduais desses mananciais. Em alguns casos, poucos quilômetros separam as nascentes dos tributários das duas bacias.

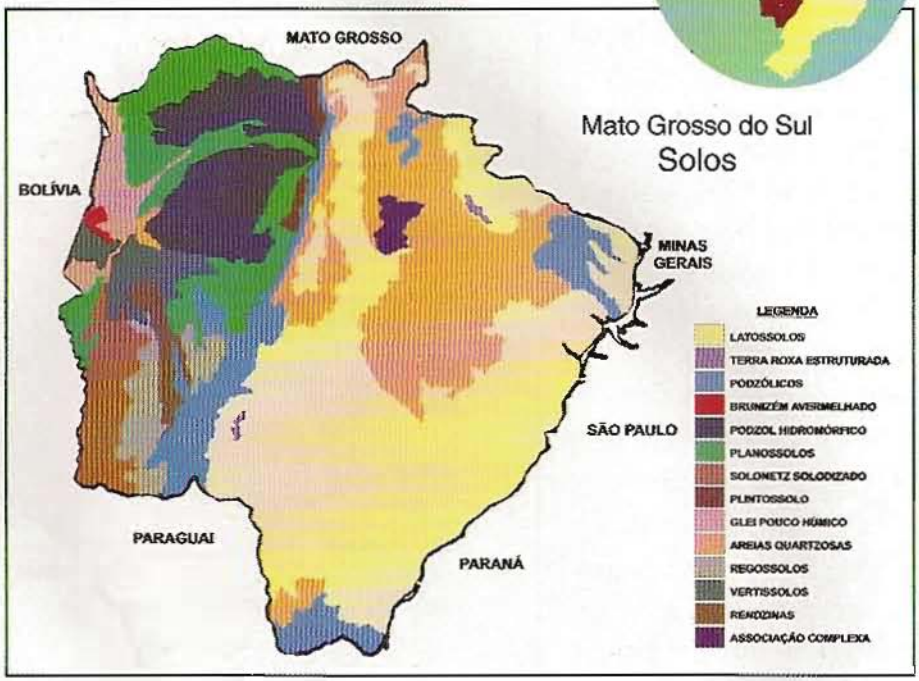


São os "varadouros" terrestres que tiveram grande importância na transumância local, desde tempos pré-colombianos até o início do século passado. Todos os rios estaduais são perenes e navegáveis e sempre foram suportes para um intenso tráfego fluvial das populações indígenas e coloniais.



Obedecendo à distribuição espacial das duas bacias, o quadro morfo-estrutural da superfí-

cie estadual apresenta, a grosso-modo, dois grandes conjuntos. No quadrante oeste-noroeste, uma vasta superfície plana, com área de mais de cem mil quilômetros quadrados e altitudes médias em torno de 150 m, forma um grande "anfiteatro" drenado pelo rio Paraguai e seus subsidiários. Essa região caracteriza-se como uma das maiores planícies interiores inundáveis do mundo – o Pantanal. A cobertura vegetal dessa área apresenta savanas nas partes não-inundáveis e hidrófilas nas terras alagadas. A preservação dessa paisagem, ainda significativa das condições naturais originais, faz dela um verdadeiro "santuário" ecológico onde extensa e variada fauna aquática desenvolve-se de forma magnífica.



Estendendo-se por toda a porção central do Estado, de Norte a Sul, um planalto, irrigado sobretudo pelos tributários do rio Paraná, abrange a maior parte da área estadual (237.436 km^2). Este planalto é composto por chapadões, campos e vales, cujas altimetrias variam entre 250 e 850 m. Os derrames basálticos efusivos do início do Cretáceo conferiram a essa região um relevo suave, o qual transformou o centro-sul do Estado em um grande plano inclinado para Leste, daí a origem do nome da capital estadual, Campo Gran-

A configuração de ecossistemas complexos em Mato Grosso do Sul propiciou diversas experiências culturais humanas nos últimos milênios.

de (Nhu-guaçu, na língua Guarani). Esta região sul-mato-grossense possui as melhores terras para a agricultura. Nela, outrora, desenvolvia-se uma densa floresta tropical úmida, intercalada por áreas de campos naturais. Na região nordeste do Estado, a cobertura vegetal predominante é o Cerrado.

No Leste, antes da implantação do atual modelo agropecuário, a vegetação primária da planície da bacia do alto curso do rio Paraná era constituída por formações de Floresta Estacional Semidecidual, intercalada de campos naturais de Savana (Cerrado). Ao contrário da região pantaneira, onde é significativa a conservação fitofisionômica original, nesta parte do Estado a ação antrópica recente é devastadora. Os remanescentes da vegetação nativa estão, hoje, reduzidos a algumas manchas de cerrados e pequenos bosques florestais.

Em resumo, a interação dos elementos dessa paisagem variada, na sua porção meridional atravessada pelo trópico de Capricórnio, viabilizou a configuração de ecossistemas complexos que abasteceram com plenitude as necessidades econômicas das diversas experiências culturais humanas que aí se reproduziram nos últimos milênios.

Pré-história e Arqueologia de Mato Grosso do Sul

É muito provável que a presença do homem, em Mato Grosso do Sul, supere dez mil anos.

Apesar de ser uma peça fundamental no "quebra cabeça" que busca compreender o processo de ocupação da América do Sul pelo homem pré-histórico, na maior parte do território de Mato Grosso do Sul, as pesquisas arqueológicas estão ainda na fase preliminar de levantamentos e análises. Nesta área do conhecimento, os estudos científicos propriamente ditos tiveram início havia menos de quinze anos, quando pesquisadores da Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, desenvolveram os primeiros projetos de pesquisas arqueológicas na região. Os dados até agora recolhidos permitiram a identificação e o registro de algumas centenas de sítios arqueológicos. Sendo assim, podemos observar que a distribuição desses sítios cobre todas as áreas do Estado.

Uma variada formação pretérita de horizontes culturais revela a existência, em Mato Grosso do Sul, de grupos de caçadores/coletores/pescadores e de grupos indígenas ceramistas, cujas origens são anteriores ao desenvolvimento das etnias conhecidas desde os tempos coloniais. Por outro lado, alguns desses sítios, com certeza, atestam a presença antepassada, pré-colonial, dos grupos étnicos historicamente conhecidos. Outros sítios testemunham filiações culturais mais remotas, ainda não identificadas e já extintas. Segundo o pesquisador Pedro Ignácio Schmitz, da UNISINOS, exames realizados em amostras de carvão recolhidas em escavações arqueológicas em um abrigo sob rocha, na região do alto curso do rio Sucuriú, no nordeste do Estado, indicam a presença do homem, neste local, por volta de onze mil anos atrás. Em outro sítio, distante apenas alguns qui-

Por todo Mato Grosso do Sul, centenas de sítios ao ar livre foram superfícies de acampamentos ou de aldeias indígenas já desaparecidas.

lômetros do anterior, foram obtidas datações em torno de sete mil anos atrás.

Muito expressivos, enquanto evidências do perfil cultural desses povos extintos, são os painéis arqueológicos de "arte rupestre". A ação milenar da erosão sobre alguns morros-testemunho permitiu que, em vários locais do Estado, surgissem concavidades naturais, as quais foram exploradas pelo homem pré-histórico como abrigo *(habitat)*, entre outras funções. Nas paredes destas "casas-de-pedra", os caçadores/coletores pretéritos registraram parte de suas impressões e representações da realidade, física e/ou mitológica, por meio de esquemas gráficos figurativos e/ou abstratos, utilizando-se para tal de técnicas de pintura ou gravura em baixo relevo sobre a rocha. Como exemplo dessas manifestações simbólicas por meio de grafismos pode-se citar um intrigante conjunto de petróglifos (gravuras na rocha) inscritos na superfície de um solo lateritizado, próximo às margens do rio Paraguai, no município de Corumbá. Nesse local, por vários quilômetros de extensão, distribuem-se dezenas de sinais (signos) abstratos, variados quanto à forma e à temática, os quais nos sugerem a possibilidade de estarem alinhados de tal maneira que identificariam uma trilha, caminho ou via no interior da vegetação pantaneira, cuja direção nos encaminha ao território boliviano.

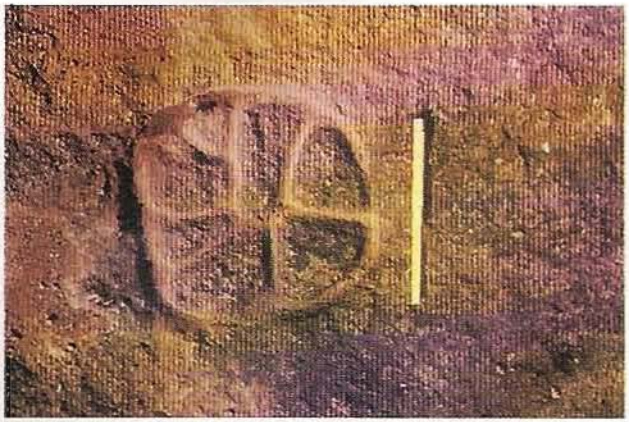
A esses contextos arqueológicos pré-históricos, que nos remetem a alguns milhares de anos atrás, somam-se, por todo Mato Grosso do Sul, centenas de sítios ao ar livre, localizados em pequenas colinas ou terraços fluviais próximos aos cursos d'água, que, com certeza, foram superfícies de acampamentos ou de aldeias indígenas já desaparecidas. Nesses locais são abundantes os vestígios de recipientes de cerâmica, alguns sepultamentos, artefatos e resíduos líticos (rochas) tais como lascas, lâminas de machado de pedra polida, pontas de projéteis, mãos-de-pilão, almofarizes, raspadores, facas, furadores, percutores e outros tipos de vestígios arqueológicos representativos da cultura material de povos indígenas pré-coloniais.

Para o conhecimento ampliado do passado arqueológico de Mato Grosso do Sul, como perspectiva para novas pesquisas arqueológicas, entre outras, ainda estão para serem feitos, os trabalhos de localização e identificação dos espaços pantaneiros, nos quais foram instaladas as reduções das Missões Jesuíticas do Itatim, fundadas e extintas no decorrer do século XVII.

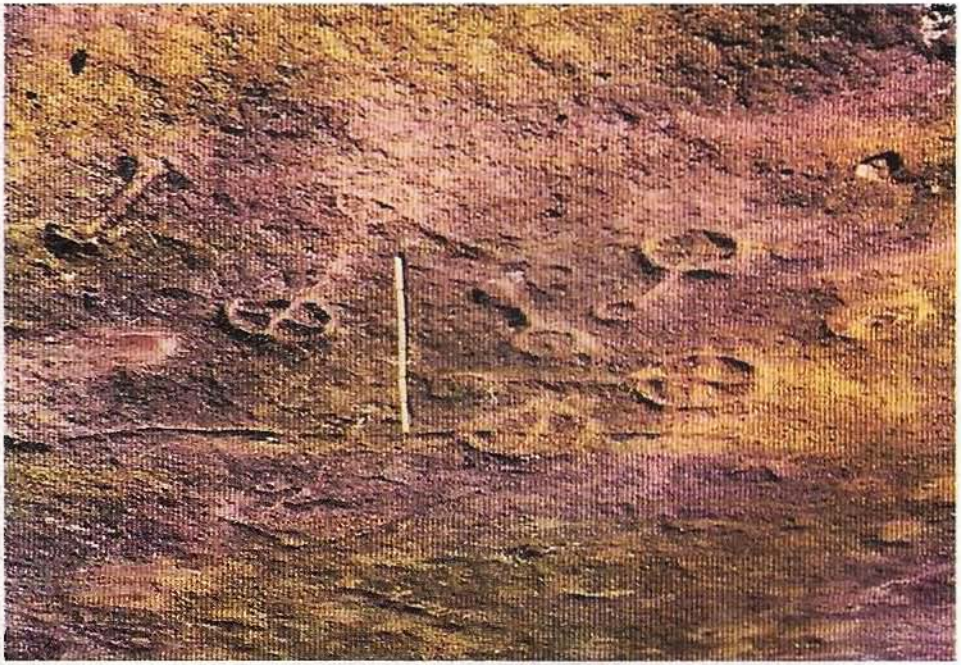
Grafismos Rupestres

● (1) Aquidauana

Painéis com pinturas arqueológicas em abrigos sob rocha na região do rio Tabôco, no município de Aquidauana (1).



Gravuras arqueológicas (petróglifos) confeccionadas sobre afloramentos litológicos na superfície, localizadas nas proximidades da cidade de Corumbá (1).

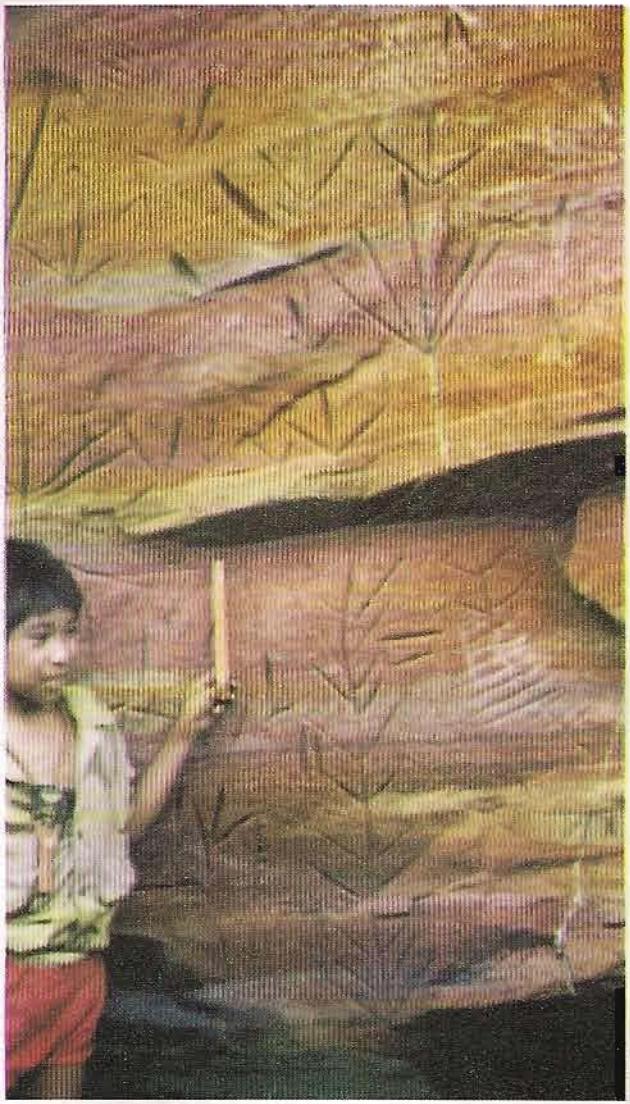


Painéis com pinturas arqueológicas nas paredes de um abrigo sob rocha no município de Costa Rica (2).

Painel com pinturas arqueológicas sobre a parede de um bloco de arenito no município de Chapadão do Sul (2).

Gravuras arqueológicas sobre um pequeno bloco de arenito no município de Jaraguari (1).

(1) Jaraguari (2) Chapadão do Sul (3) Maracaju (4) Antonio João



Gravuras arqueológicas na parede de um morro de arenito no município de Antônio João (4).

Painel com gravuras arqueológicas em um abrigo sob rocha no município de Maracaju (3).

Escavação em sítio arqueológico no município de Anaurilândia (2).

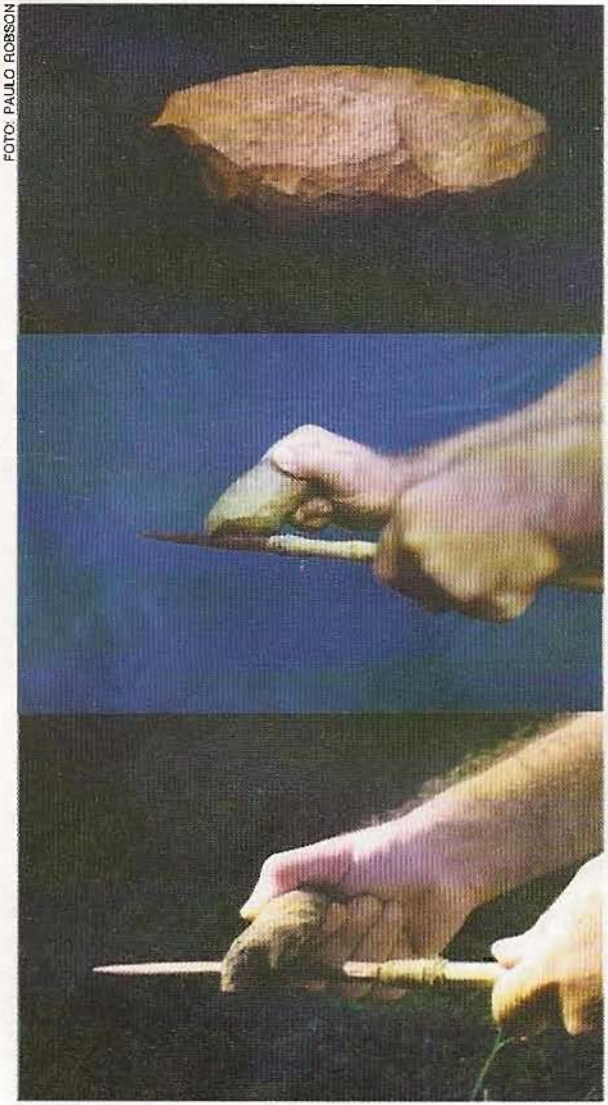
Escavação em sítio arqueológico no município de Três Lagoas (1).

À direita, escavação em sítio arqueológico no município de Anaurilândia (2).

(1) Três Lagoas (2) Anaurilândia

Artefatos/Utensílios Arqueológicos

FOTO: PAULO ROBSON



1. Raspador (pedra lascada) coletado em sítio arqueológico no município de Maracaju (2).

2. Ponta de projétil (pedra lascada) coletada em sítio arqueológico no município de Anaurilândia (5).

3. Lâmina de machado (pedra polida) coletada em sítio arqueológico no município de Nioaque (1).

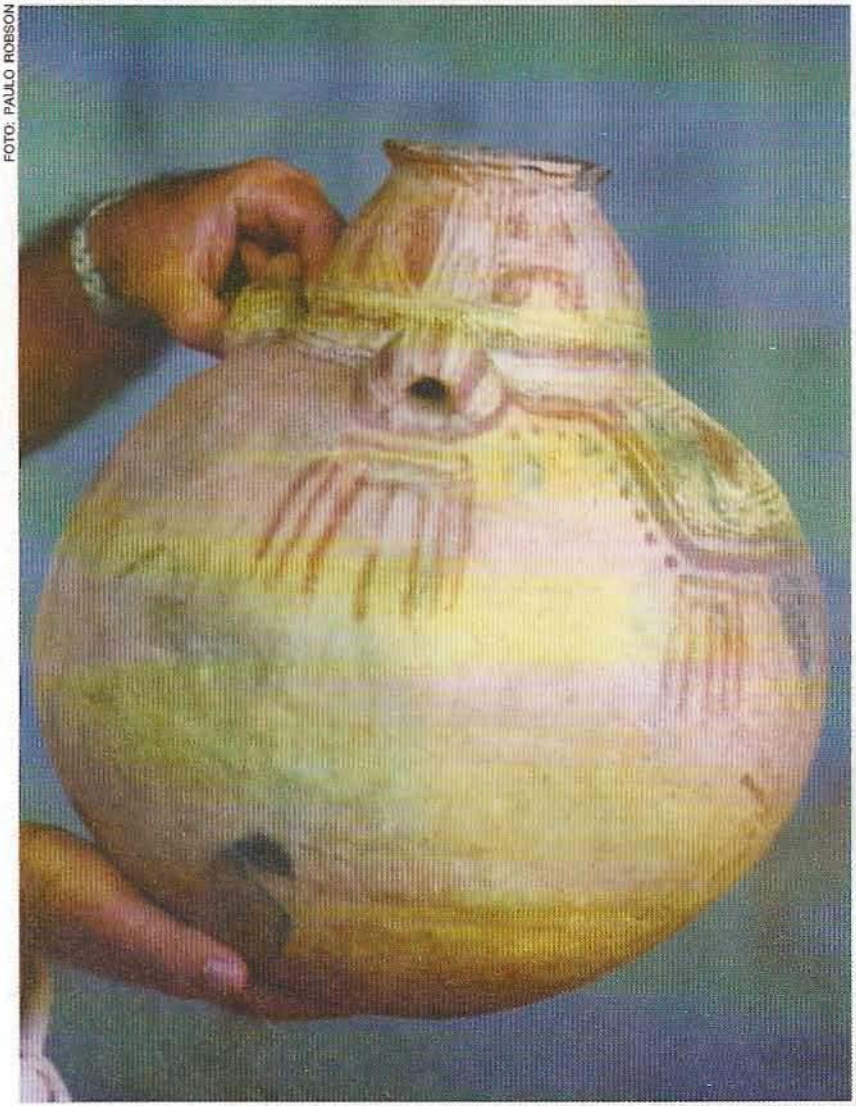
4. Raspador (pedra lascada) coletado em sítio arqueológico na cidade de Campo Grande (4).

FOTO: PAULO ROBSON

Mão-de-pilão e almofariz coletado em sítio arqueológico no município de Nioaque (1).

Abaixo, mão-de-pilão (pedra polida) coletada em sítio arqueológico no município de Dourados (3).

FOTO: PAULO ROBSON



À esquerda, recipiente de cerâmica coletado em sítio arqueológico no município de Bodoquena (1).

À direita, panela de barro (cerâmica Guarani) coletada em sítio arqueológico no município de Anaurilândia (3).

Abaixo: 1. Adorno labial (tembetá) de pedra, coletado em sítio arqueológico no município de Anaurilândia (3).
2. Estrutura funerária composta por recipientes de cerâmica (Guarani) coletada em sítio arqueológico no município de Santa Rita do Pardo (2).

● (1) Bodoquena (2) Santa Rita do Pardo (3) Anaurilândia

FOTO: EMÍLIA KASHIMOTO

Fragmento de recipiente de cerâmica Guarani com desenho, coletado em sítio arqueológico no município de Anaurilândia (1).

Os Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul e o Contato com a Civilização Européia

No início do século XVI,
pela primeira vez, um europeu
pisava em terras hoje sul-mato-grossenses.
Seu nome: Aleixo Garcia.

O processo histórico de "descoberta" e reconhecimento do território sul-americano deu-se nas primeiras décadas do século XVI, motivado, acima de tudo, pela tentativa dos conquistadores espanhóis de encontrarem uma interligação oceânica entre o Atlântico e o Pacífico, isto na busca geográfica de uma rota ocidental para o comércio com as Índias. A descoberta e a importância dessa passagem, o Estreito de Magalhães, equivalia, na época, para os espanhóis, ao que o Cabo da Boa Esperança significou para o comércio marítimo português, no final do século XV. Neste sentido, nos primeiros vinte anos do século XVI, uma série de expedições marítimas espanholas exploraram a costa oriental sul-americana, culminando com a bem sucedida viagem de Fernão de Magalhães, em 1519. Entre essas expedições, de particular importância para a história e a etno-história sul-mato-grossense, foi a realizada pelo navegante espanhol Juan Diaz Solís, no ano de 1516, que implicou na descoberta do "*Mar del Plata*", isto é, o estuário da bacia Platina. Apesar do trágico desfecho que atingiu esta expedição - a morte de seu titular pelos índios Charrua, na costa uruguaia -, dessa aventura resultaram as primeiras informações sobre a existência de metais preciosos e de complexas civilizações indígenas no interior do continente sul-americano. Os índios Charrua, primeiros indígenas platinos a contatarem com os conquistadores ibéricos, apesar de não dominarem a tecnologia da metalurgia, portavam, na ocasião do primeiro contato, adornos de prata adquiridos nas relações de trocas interétnicas sul-americanas. Este fato despertou a cobiça metalífera dos conquistadores espanhóis e foi praticamente o fator

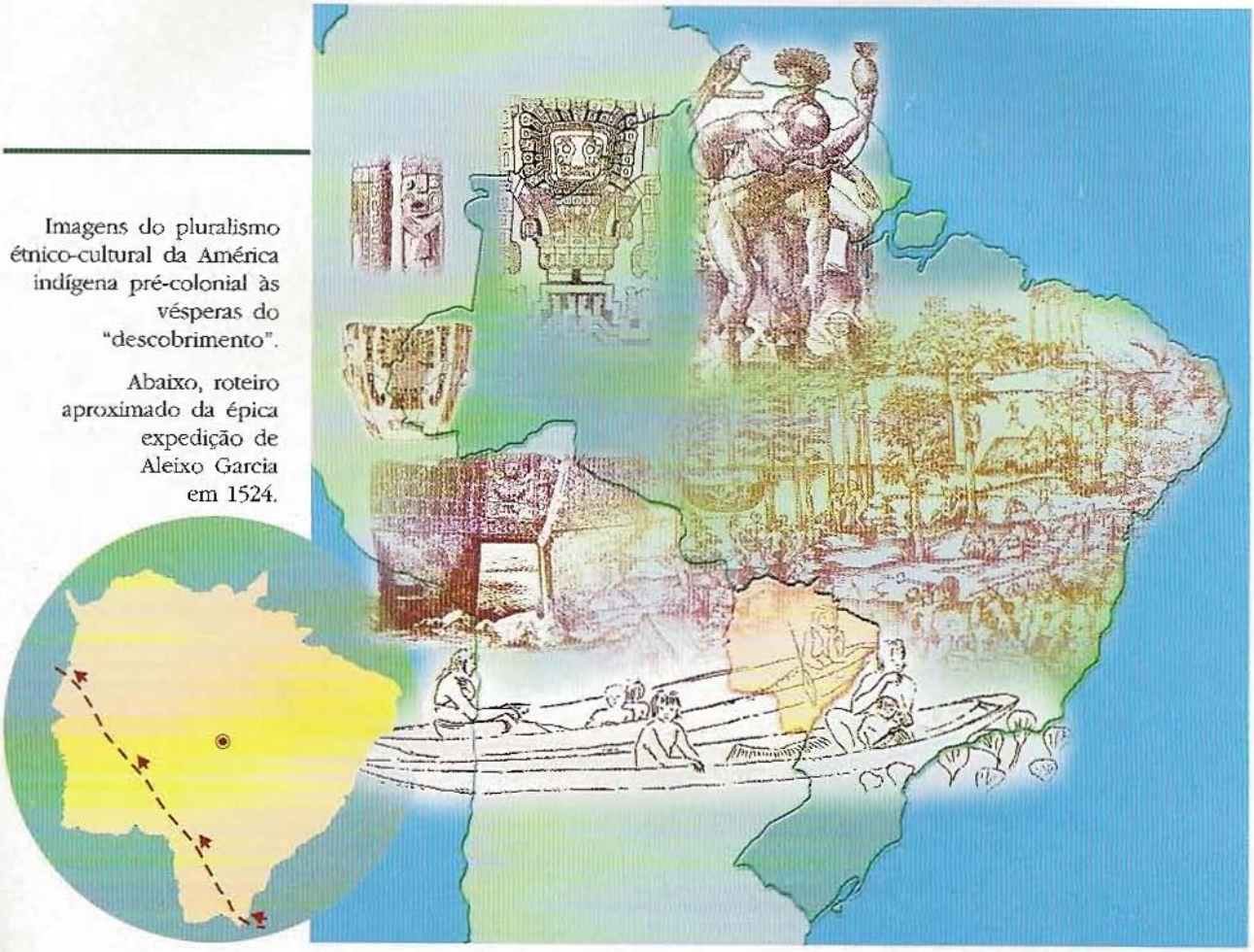
Aproveitando-se da cultura religiosa dos Guarani foi fácil para Aleixo Garcia recrutar indígenas para o ambiciosa plano de buscar as riquezas da "Serra de Prata".

desencadeador do "Mito da Serra de Prata" ou do "Eldorado". Nos anos seguintes, estes mitos foram os motivadores dos descobrimentos geográficos europeus no coração da América do Sul, sobretudo na exploração das porções setentrionais da bacia Platina.

Os sobreviventes do massacre no litoral uruguaio, na ausência de seu comandante (Solís), morto no combate, optaram por desistir de continuar a viagem em busca da ligação interoceânica e regressaram para a Espanha. No caminho de retorno, um novo infortúnio atingiu a expedição: o naufrágio de uma das embarcações nas costas do litoral sul do Brasil, em águas do atual Estado de Santa Catarina.

Os náufragos sobreviventes, em torno de dezoito, perderam contato com o resto da expedição, da qual, os restantes retornaram à Espanha, ocasião em que relataram os acontecimentos ocorridos. Os náufragos, ao alcançarem a praia, foram abordados por índios Guarani-karijó (Cários), integrantes da família lingüística Tupi-guarani, que os acolheram pacificamente. Para surpresa e excitação dos espanhóis, estes índios também portavam adornos de prata e informaram aos sobreviventes ibéricos serem, esses objetos metálicos, provenientes de uma longínqua terra, localizada a Oeste, onde, segundo a tradição oral indígena, uma "montanha de prata" era explorada por um "rei branco". Sabe-se, hoje, que isto se tratava de uma vaga referência ao Império Inca.

Isolado do resto do mundo, após alguns anos de convívio com os índios Guarani-karijó, um dos náufragos, o português Aleixo Garcia, já familiarizado com a língua e com os costumes indígenas, passou a organizar uma expedição para tentar conquistar o mitológico país do "rei branco" ou *Paititi*, na língua nativa. Aproveitando-se maliciosamente de um componente da cultura religiosa dos índios Guarani, que é acreditar na existência física de uma espécie de paraíso terrestre - Terra Sem Males - em busca do qual, periodicamente, os índios Guarani organizavam migrações com caráter messiânico, foi fácil para o português Garcia recrutar os adeptos indígenas necessários ao seu plano expedicionário e ambicioso de buscar as imensas riquezas da "Serra de Prata", associando, assim, os dois objetivos culturais (indígena-conquistador).



Imagens do pluralismo étnico-cultural da América indígena pré-colonial às vésperas do "descobrimento".

Abaixo, roteiro aproximado da épica expedição de Aleixo Garcia em 1524.

Em 1524, em busca desse lugar fantástico, partiram do litoral catarinense Aleixo Garcia e mais três náufragos espanhóis, seguidos por alguns milhares de índios Guarani-karijó, através do Peabiru, milenar caminho terrestre utilizado por indígenas sul-americanos em seus intercâmbios culturais. Aleixo Garcia foi, sem dúvida, o primeiro europeu a adentrar por terras tão distantes do litoral leste da América do Sul. Na sua expedição, em direção ao Oeste, guiado pelas orientações indígenas colhidas no percurso, Garcia foi o primeiro homem "branco" a pisar em terras hoje sul-mato-grossenses e paraguaias. Cruzou o rio Paraná,

A perspectiva européia de enriquecimento rápido desencadeou um irreversível e violento processo de extermínio étnico das populações nativas.

provavelmente na altura do arquipélago fluvial de Ilha Grande, entre os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Atravessou o planalto sul-mato-grossense e, orientando-se pela malha fluvial, após ultrapassar o Pantanal, alcançou o rio Paraguai, nas imediações do atual município de Corumbá. Durante este percurso terrestre, entrecortando campos e florestas tropicais, por mais de dois mil quilômetros, apoiou-se sempre na infra-estrutura de dezenas de aldeias Guarani aliadas, as quais, por aí distribuídas, tinham neste espaço o seu "*Nande-retã*" (pátria ou território).

Ao cruzar o rio Paraguai, acompanhado por sua "legião" de índios, Aleixo Garcia penetrou no Chaco boliviano, território de etnias hostis, às quais deu combate, até atingir o *piemonte* andino, onde saqueou povoações limítrofes do Império Inca. Antes mesmo de Pizarro, foi Garcia o primeiro europeu a contatar com os Incas. De posse de grande quantidade de riquezas em objetos de ouro e prata, pilhados das comunidades indígenas abordadas, Aleixo Garcia, quando retornava ao litoral atlântico, foi assassinado, nas margens do rio Paraguai, pelos índios Guarani-karijó que o acompanhavam, revoltados estes com o tratamento abusivo que o conquistador, a partir de então, lhes dispensava. Aí se dispersou a expedição conquistadora. Alguns remanescentes da expedição retornaram a Santa Catarina, entre eles um escravo negro de Aleixo Garcia que relatou aos náufragos europeus que não quiseram arriscar-se no desconhecido, permanecendo na costa catarinense, os fatos ocorridos e o desfecho dos acontecimentos.

Independentemente do relativo fracasso da epopéia de Aleixo Garcia, a mesma contribuiu sobremaneira para alimentar a expectativa ibérica de encontrar as mitológicas e maravilhosas riquezas metálicas que justificariam os riscos e custos da conquista e colonização desta área do território sul-americano.

Para as populações indígenas da região platina, a partir de então, inicia-se uma era de brutal inversão nos rumos milenares de seu destino. A perspectiva européia de enriquecimento rápido fez com que o relacionamento entre as duas civilizações fosse cunhado pelo conflito na disputa pelo espaço e pelas riquezas naturais que ele continha, desencadeando-se assim, pelos séculos seguintes, um irreversível e violento processo de extermínio étnico das populações nativas.

Os Índios de Mato Grosso do Sul na História do Brasil

No início do século XVI, por ocasião do "descobrimento" do Brasil, o território do atual Estado de Mato Grosso do Sul era densamente povoado por índios Guarani, Guató, Ofayé, Kaiapó Meridional, Payaguá e outras sociedades indígenas que ainda não foram identificadas pela arqueologia e pela etno-história.

Guarani

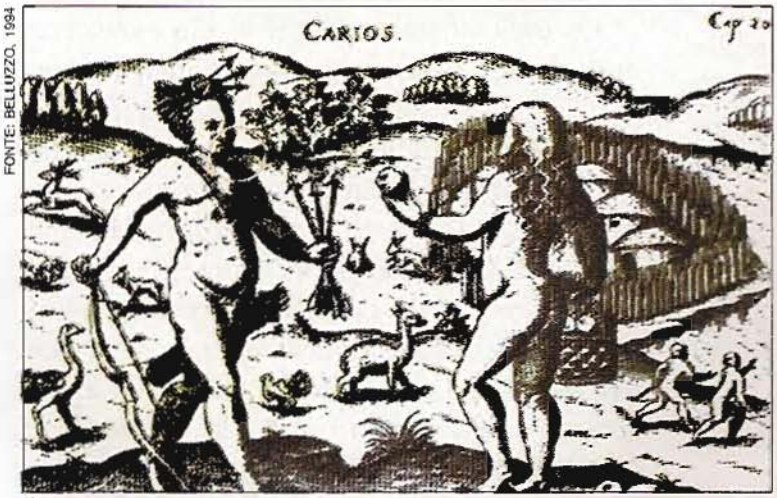
Na geografia humana nativa de Mato Grosso do Sul, no período colonial, as sociedades indígenas mais numerosas foram as falantes da língua Guarani, filiadas à família lingüística Tupi-guarani, integrante do tronco Tupi. Esses índios, hábeis canoeiros, são originários das florestas tropicais úmidas da região sudoeste da Amazônia. Nos últimos dois milênios, provavelmente em busca de melhores terras ou motivados por alguma razão de natureza ambiental/cultural, diversas comunidades migraram da região amazônica em direção ao Sul, espalhando-se pelas terras férteis existentes na bacia Platina. Posteriormente, este passou a ser seu território tradicional por excelência. Os vários subgrupos étnicos falantes da língua Guarani, contatados pelos colonizadores ibéricos nas primeiras décadas do século XVI, formaram-se durante esse longo e duradouro processo migratório e distribuíram-se entre o centro-sul do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Segundo algumas estimativas, no século XVI, a demografia desses índios deveria superar um milhão de pessoas, em toda a bacia Platina.

Os índios Guarani foram e são excelentes agricultores. Estes cultivavam principalmente o milho, base de sua dieta alimentar. Eram eficientes no cultivo e tecelagem do algodão silvestre, matéria-prima para a confecção de redes e vestimentas. Produziam ainda uma diversificada coleção de recipientes de cerâmica, utilitária e ritual, ricamente decorada, utilizada inclusive para o sepultamento de seus mortos. Em Mato Grosso do Sul, ocupavam a porção sul, sudeste e centro-sudoeste do Estado.

No século XVII, com a expansão das fronteiras coloniais na bacia Platina e a crescente

necessidade de mão-de-obra compulsória para satisfazer as necessidades da economia agrícola tropical colonial luso-paulista, as aldeias Guarani passaram a ser alvos constantes das investidas escravagistas empreendidas pelos portugueses/mamelucos de São Paulo (bandeirantes) que os empregavam em suas plantações no litoral e planalto paulista ou ainda os revendiam como escravos ("negros da terra") aos engenhos de açúcar do nordeste brasileiro.

Paralelamente ao assédio bandeirante e ao regime de trabalho compulsório castelhano-paraguaio imposto aos índios (as *encomiendas*), no início do século XVII, chegaram à região hoje sul-mato-grossense os primeiros jesuítas com o intuito de catequizar os índios Guarani que aqui viviam. O modelo missionário transformou o território Guarani, no Estado, na Província Jesuítica do Itatim, subordinada ao Colégio Jesuíta de Assunção, já que, nesta época, o atual território sul-mato-grossense, como todo o oeste brasileiro, pertencia à América Colonial espanhola.



FONTE: BELLUZZO, 1994

Iconografia de uma aldeia Guarani, no Paraguai, século XVI. Observe-se que o índio é portador de adorno labial (tembetá).

O impacto cultural e histórico que o trabalho missionário teve sobre esses índios divide os estudiosos. Alguns acham que ele foi positivo, na medida em que o índio catequizado, transformado em súdito do rei, não poderia ser escravizado. Outros, no entanto, discordam, entendendo que o trabalho da catequese docilizava o índio, transformando-o numa presa fácil e interessante para as incursões escravagistas dos bandeirantes, os quais não acatavam as normas legais dos reis ibéricos. A verdade é que, assediados por três frentes assimiladoras, cada uma com seus objetivos específicos, mas não menos etnicida, os Guarani tiveram, nos séculos seguintes, o seu território invadido e

● Região onde vivem atualmente os índios Guarani.

loteado, sua cultura esbulhada e a sua população drasticamente reduzida.

Hoje, em torno de vinte e cinco mil índios Guarani vivem no sul do Estado e estão subdivididos em três sociedades étnicas, os Kaiowá, os Nhandeva e os Mbya, dos quais, em termos demográficos, os primeiros compõem o contingente mais expressivo. A maioria dos índios Guarani vive em terras indígenas legalizadas, nos municípios de Dourados, Amambai, Caarapó e outros menores. Alguns milhares de índios Guarani ainda pleiteiam na Justiça Federal o reconhecimento das terras que hoje ocupam. Conservam muitos traços culturais tradicionais como a língua, cerimônias religiosas, o consumo de tereré, do qual são os difusores originais, e outros hábitos etno-culturais. Nas últimas décadas, a devastação da paisagem natural, para dar espaço às atividades agro-pastoris modernas, fez com que estes índios mudassem substancialmente suas tradições econômicas, levando-os, em grande número, a ingressarem no mercado de trabalho rural da região. Porém, em suas áreas, ainda cultivam pequenas plantações familiares de milho, mandioca, frutas, etc, sobretudo para o sustento próprio. Todavia, quando ocorre algum excedente este

FONTE: BELLUZZO, 1994

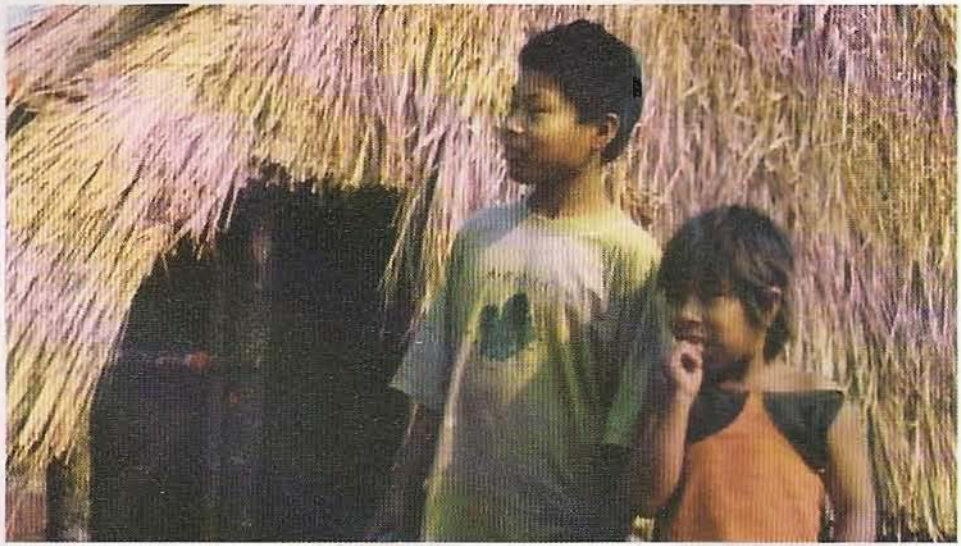
Perfil de índio Kaiowá, no século XIX, também com adorno labial (tembetá).

é comercializado pelas mulheres nas cidades próximas às suas áreas. Estudos demográficos indicam que, no presente, os índices de crescimento populacional vêm superando os das populações "brancas" vizinhas às Terras Indígenas. Paralelamente a essa recente expansão demográfica, estimulados pelas suas próprias lideranças e pela ação de entidades indigenistas, os Guarani estão readquirindo antigos hábitos culturais que estavam em desuso, isto como forma de resistência e afirmação étnica.

No Brasil, somente os índios Ticuna, do Amazonas, são mais numerosos que os índios Guarani.

Na página ao lado, mulher indígena com filho - Município de Coronel Sapucaia.

Ao lado e abaixo, crianças e adolescente Guarani habitantes nas aldeias do sul do Estado.



Meninos Guarani na porta de sua casa na Terra Indígena (TI) Panambi, em Dourados.

Mulher Guarani e filhas na TI Panambi.

Várias áreas indígenas Guarani, localizadas no sul do Estado, ainda não são reconhecidas legalmente pelos órgãos governamentais.

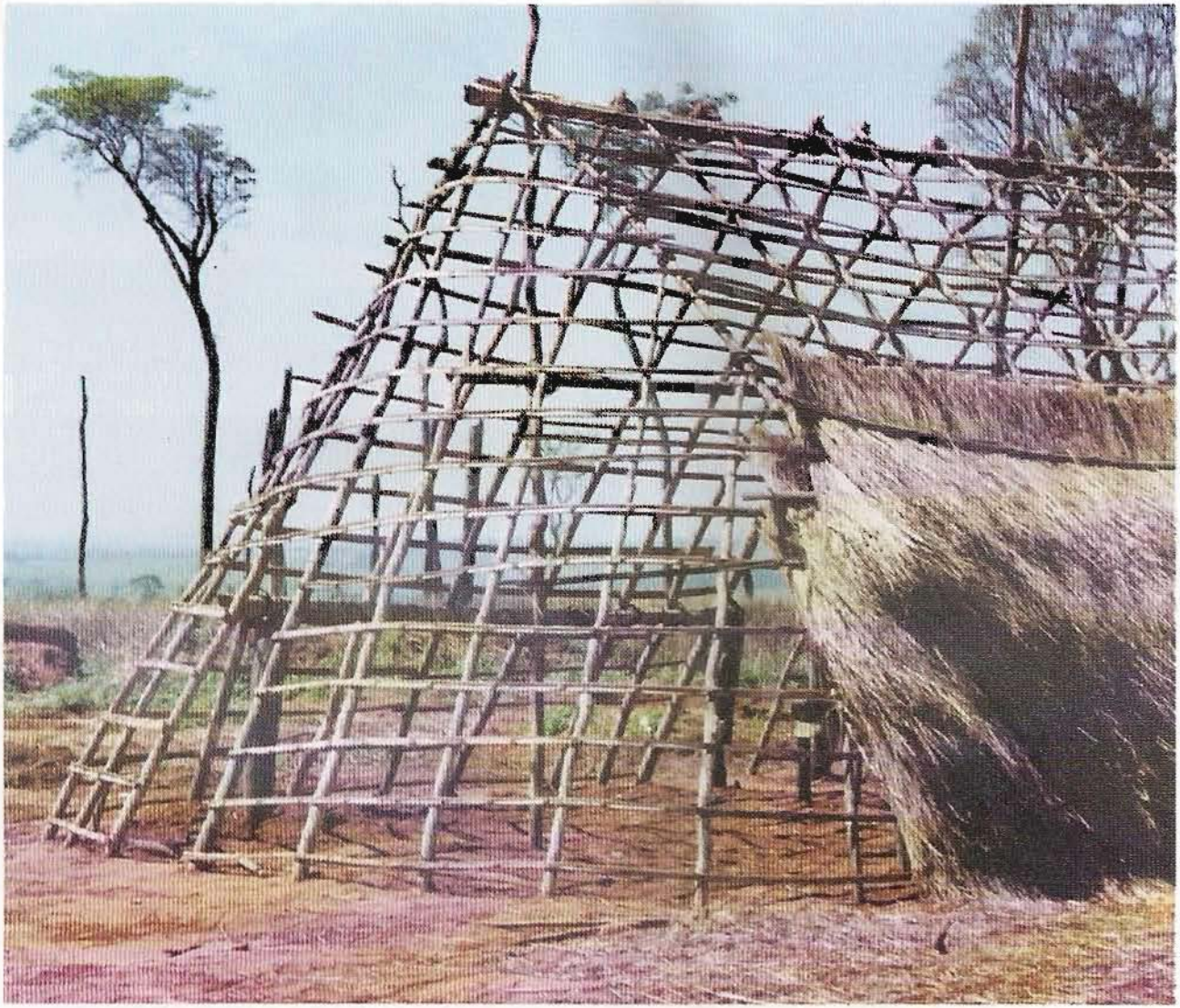
Família Guarani habitante na TI Sete Cerros, município de Coronel Sapucaia.

Índia Guarani idosa, TI Sete Cerros.

À direita, habitação Guarani em construção, município de Paranhos.

Habitações Guarani em aldeias no sul do Estado.

As habitações Guarani possuem, no presente, arquitetura diferenciada conforme a identidade étnica da comunidade ou família.



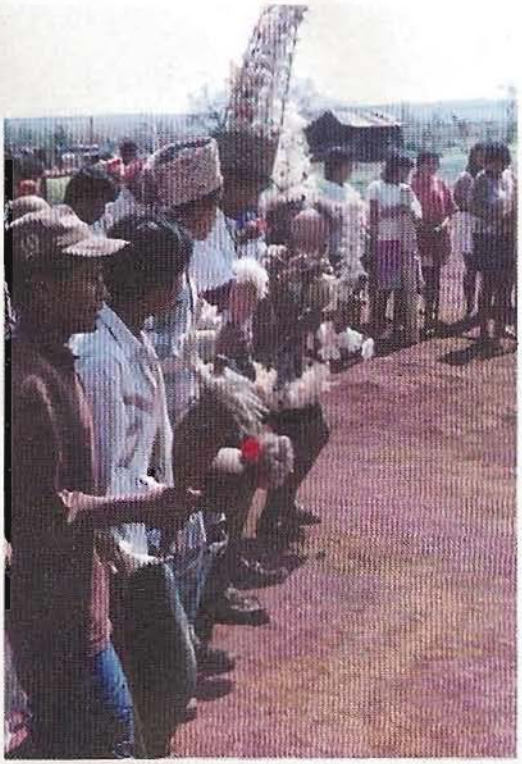
Habitação Guarani na TI de Dourados

Casa de rituais religiosos

Acima, pátio central da aldeia Jarará, no município de Juti. Na página ao lado, crianças na escola indígena localizada na TI Guaçuty, município de Aral Moreira.

"Quero fazer o que você faz
sem deixar de ser o que sou."

Assembléia Legislativa de MS
Semana dos Povos Indígenas,
abril de 1998



Dança religiosa executada pela comunidade Sucuriy, no município de Maracaju.

Rezador Guarani com instrumentos religiosos, comunidade Sucuriy, no município de Maracaju.

Os índios Guarani são
profundamente religiosos.
A maior parte de suas preocupações
estão voltadas para o sagrado.

Interior da casa de rezas com instrumentos de rituais.

Nas fotos abaixo:
1. Instrumentos de percussão (takuás) confeccionados com bastões de bambu usados pelas mulheres nas danças religiosas e cuja batida no chão marca o ritmo das rezas.
2. Menina com instrumento ritual (takuá).
3. Altar (Chirú) em torno do qual se realizam as manifestações rituais.
4. Sepultura indígena com alguns objetos pessoais do falecido.

No passado, os ítens da cultura material dos Guarani eram muito variados, destacando-se a diversidade tipológica e estética de seus recipientes de cerâmica.

Ao lado, flauta cerimonial de madeira e arco e flecha em uso por índios da TI Pirakuá, município de Bela Vista.

Abaixo, pilão e mão-de-pilão de madeira - TI Jaguapiré, município de Tacuru. Por serem produtores de cereais, principalmente milho, o uso de pilões é muito difundido para produção de farinhas.

Kadiwéu

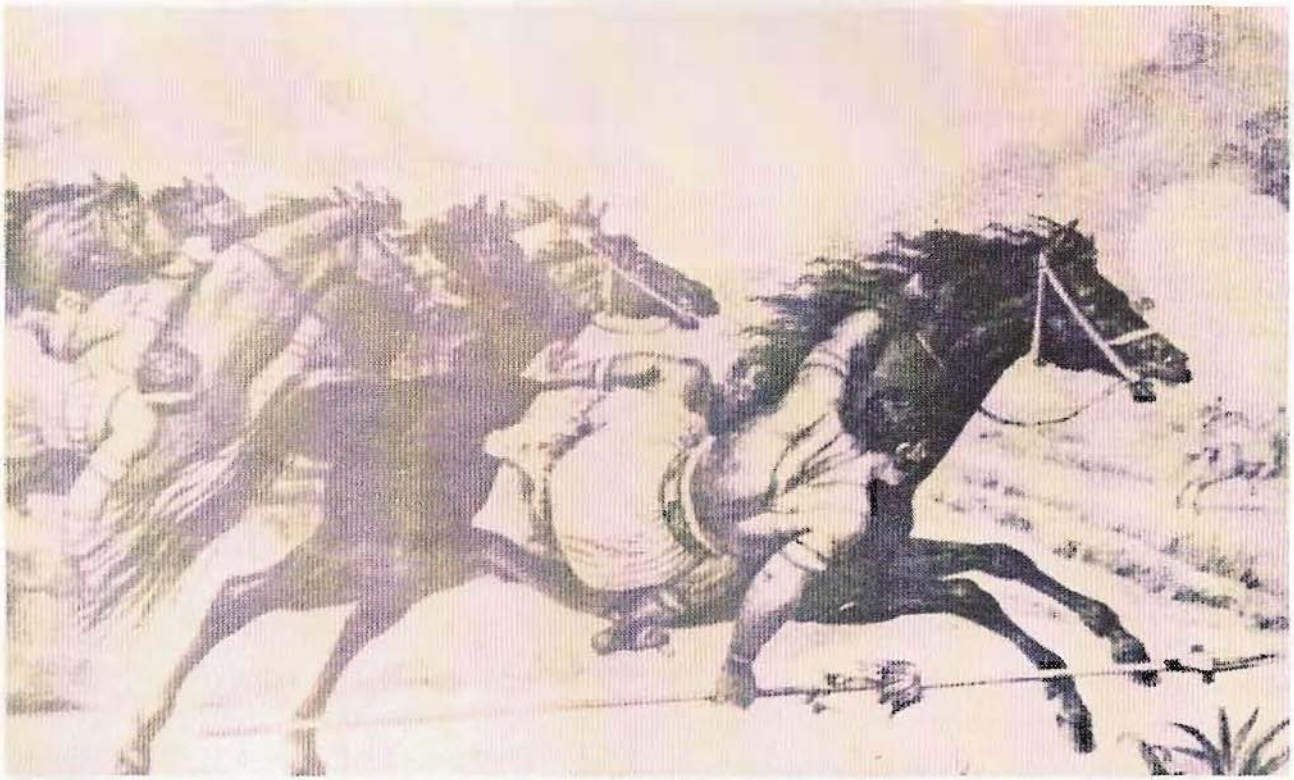
Os sucessivos ataques de colonos espanhóis e portugueses ao território Guarani, em fins do século XVI e na primeira metade do XVII, abriram imensas clareiras demográficas que desequilibraram a correlação de forças entre os grupos étnicos habitantes das áreas marginais ao rio Paraguai, no trecho sul-mato-grossense.

Aproveitando-se do esfacelamento do universo Guarani, provocado pelos ataques dos bandeirantes no Pantanal, várias etnias de origem chaquenha, falantes de línguas do tronco Aruak e da família Guaikuru, atravessaram o rio Paraguai e, em levas sucessivas, a partir da segunda metade do século XVII, preencheram o vácuo demográfico ocasionado pelo genocídio bandeirante na região sul do Pantanal.

Os grupos étnicos Guaikuru, representados hoje, no Brasil, por quase mil índios Kadiwéu, eram formados por caçadores/coletores extremamente belicosos, os quais, várias vezes mantinham-se à custa da pilhagem e da submissão econômica de outras sociedades indígenas vizinhas, sobretudo da família lingüística Guaná, do tronco Aruak. Não se tem a data exata, todavia, aproximadamente em meados do século XVII, já no território hoje sul-mato-grossense, os índios Guaikuru aprenderam a domesticar e montar cavalos, introduzidos na região por colonos paraguaios oriundos de Assunção. As pastagens naturais do Pantanal facilitavam a multiplicação natural das manadas e, por volta de 1650, esse novo comportamento étnico estava de tal forma incorporado ao modo de ser desses índios, que os Guaikuru

passaram a ser conhecidos também como "índios cavaleiros".

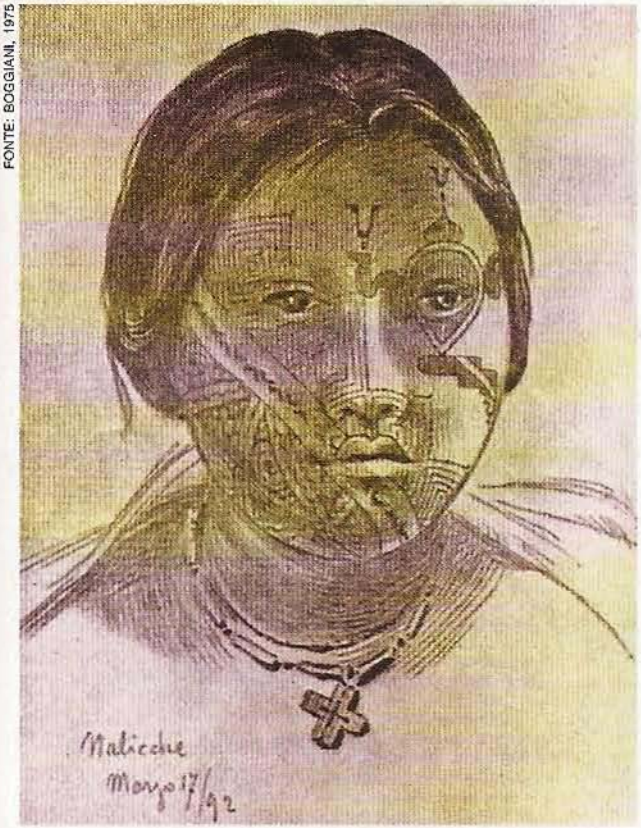
Este novo e eficiente meio de locomoção, nas imensas planuras do Pantanal, cuja vegetação é aberta e espaçosa, de imediato qualificou-se como um poderoso instrumento de luta, transformando os Guaikuru em senhores absolutos da região pantaneira. Algumas comunidades indígenas de horticultores Guaná, também originários do Chaco, acom-

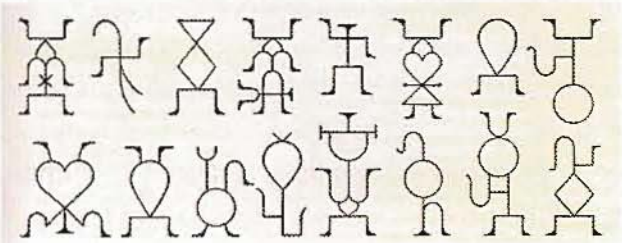


Gravura ilustrando uma carga da cavalaria Guaikuru, no século XVIII, no Pantanal. É importante ressaltar que no período pré-colonial não existiam cavalos em nenhum ponto da América. Os mesmos foram introduzidos no continente pelos colonizadores europeus, a partir do século XVI.

● Região onde vivem atualmente os índios Kadiwéu.

FONTE: BOGGIANI, 1975





FONTE: LÉVI-STRAUSS, 1998

Signos usados pelos Kadiwéu em tatuagens e pinturas em couros de animais. Cada signo está relacionado com a identidade de seu portador no interior da comunidade.

panharam os Guaikuru na migração para a margem esquerda do rio Paraguai e, por algum tempo, foram por eles transformadas economicamente em vassalas. Nos séculos XVII e XVIII, os povoados e estabelecimentos agrícolas coloniais da região pantaneira e do norte do Paraguai viviam permanentemente ameaçados pelas cargas da cavalaria Guaikuru, o que, na prática, retardou por mais de três séculos a definitiva ocupação

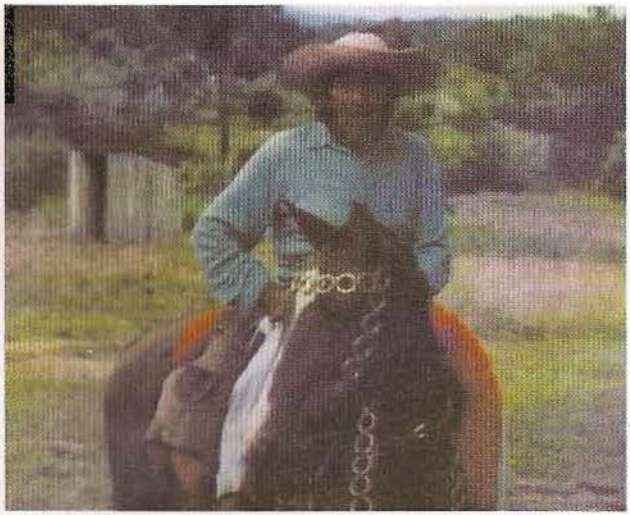
européia dessa área. Os "índios cavaleiros" formaram assim uma das maiores barreiras indígenas à colonização na história da América do Sul.

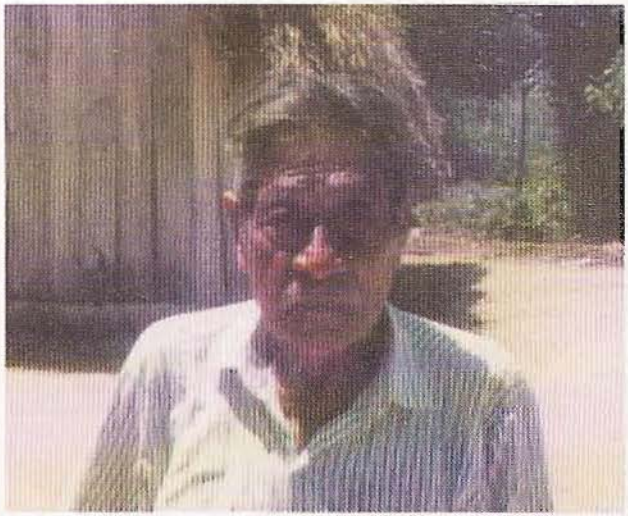
Após décadas de enfrentamentos com os colonos luso-brasileiros e castelhanos, enfraquecidos numericamente por tantos combates e doenças adquiridas no contato com as frentes colonizadoras, no final do século XVIII, os índios Guaikuru localizados no atual território sul-mato-grossense assinaram um tratado de paz com as autoridades coloniais sediadas em Cuiabá. Este foi o único tratado de paz entre índios do Brasil e a monarquia portuguesa na história do Brasil colonial.

No século XIX, pressionados pelos aspectos negativos da expansão da fronteira econômica brasileira e pelos acontecimentos relacionados à Guerra do Paraguai (1864-70), a população indígena Guaikuru refluiu de forma progressiva, de tal forma que, no início do século XX, estava reduzida a algumas poucas centenas de pessoas. No presente, em torno de mil e quinhentos índios – entre Kadiwéu (único subgrupo étnico falante de uma língua Guaikuru em Mato Grosso do Sul) e descendentes de outras etnias (sobretudo Terena) – que sobreviveram ao processo de contato conflituoso com a sociedade brasileira, vivem em uma área extensa (mais de quinhentos mil hectares), cuja legalização plena ainda está inconclusa. Bem conservada ambientalmente, a Reserva Kadiwéu está localizada no sudoeste do Estado, na região conhecida como Pantanal do Nabileque, no município de Porto Murtinho. Esses índios ainda conservam o perfil de cavaleiros, fazendo da criação desse animal um dos mais importantes itens de sua cultura material.

Ao comentarmos o quadro etnográfico de Mato Grosso do Sul não podemos deixar de citar a complexidade estética desenvolvida ao longo do tempo pelos índios Guaikuru. Os signos e os motivos cromáticos adotados por esses índios para aplicação na decoração de seus objetos de cerâmica, as complexas tatuagens realizadas em seus corpos e outras manifestações pictóricas e artesanais sempre foram muito admirados por sua sofisticação e beleza.

Os índios Kadiwéu, herdeiros da tradição eqüestre dos Guaikuru coloniais, ainda hoje mantém significativa idiossincrasia com o cavalo.





Índios Kadiwéu do Posto Indígena Alves de Barros e Aldeia Tomázia, no município de Porto Murtinho.

Crianças Kadiwéu e habitações na Aldeia Tomázia.

Para os índios Kadiwéu a humanidade foi criada por um deus mitológico representado pela figura do gavião carcará.

Personagens mascarados e músico na festa do "bobo", Posto Alves de Barros. À direita, sepultura na Aldeia Campina.

A decoração cromática dos recipientes de cerâmica, com pigmentos minerais de diferentes origens litológicas, é destaque na produção artesanal Kadiwéu.

Bigorna e quebra-coco, ferramentas utilizadas no consumo de frutos de palmeiras como a bocaiúva.

Índio trançando fibras da palmeira carandá para confecção de chapéu e abanicos.

Recipientes de cerâmica e corantes usados na pintura externa. No canto esquerdo da foto ao alto, galho do pau-santo, de cuja resina os Kadiwéu obtêm a cor preta.

Terena

Acompanhando o ingresso dos Guaikuru em território brasileiro, várias etnias chaquenhas, integrantes da família lingüística Guaná, filiadas ao tronco Aruak entraram, a partir do século XVIII, em território sul-mato-grossense, entre elas destacam-se os Terena e os Kinikinao, agricultores e excelentes ceramistas.

Os Terena, em maior número, estabeleceram-se na bacia do rio Miranda, afluente do Paraguai, em terras não inundáveis pelas cheias sazonais do Pantanal. Os Terena, assim como os Guaikuru, possuiam tradições guerreiras, embora fossem bem mais susceptíveis do que estes a estabelecer contatos pacíficos com os colonos luso-brasileiros. Em meados do século XIX, já eram intensas suas relações de trocas com a sociedade "branca" envolvente, sendo, inclusive, esses índios os responsáveis pelo abastecimento de gêneros alimentícios para toda a região dos municípios de Nioaque, Miranda e Aquidauana. Ainda hoje, nessas cidades, é muito importante o papel da produção agrícola Terena na comercialização a varejo de produtos horti-frutíferos, pois nesses municípios a atividade econômica predominante é, sobretudo, a pecuária.

A sociedade Terena tradicional era estratificada e dividia-se entre os cativos (índios de outras etnias inimigas) e os Terena propriamente ditos. Estes por sua vez dividiam-se em dois subgrupos: o Naati, composto pelo cacique e seus familiares, uma espécie de nobreza, e os Waherê-txané, a camada dos homens comuns. O casamento era realizado entre indivíduos da mesma camada.

Os trabalhos domésticos, a confecção de artefatos de cerâmica, a fiação do algodão e de outras fibras vegetais eram tarefas femininas. Aos homens cabiam a cestaria, a caça e

a pesca. Eram também os homens que preparavam a terra para o plantio, sendo a semeadura tarefa feminina. Cultivavam o milho, a mandioca, o fumo, a batata-doce, o algodão e diversos tipos de abóbora, além de coletarem mel e frutos silvestres regionais como o pequi. A aldeia Terena tradicional era formada por grandes casas comunais, distribuídas regularmente, onde viviam em média dez famílias.

FONTE: RONDON, 1948

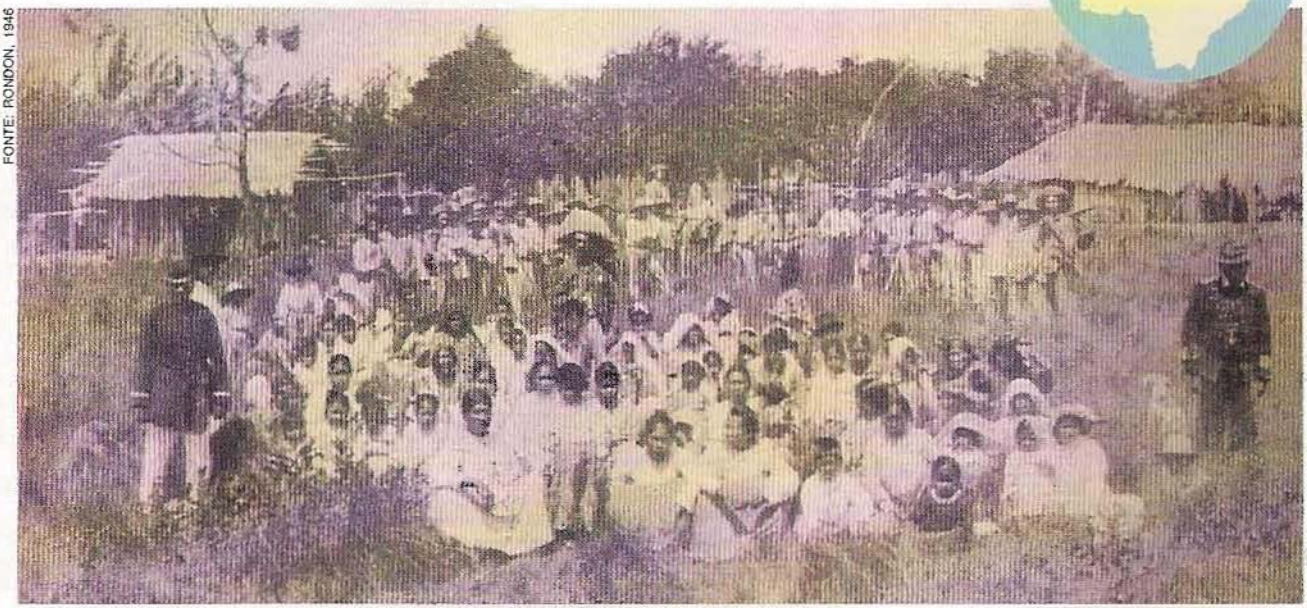
Velhos índios Terena, fotografados no início do século XX com uniformes do Exército Imperial Brasileiro usados na Guerra do Paraguai. Aldeia Ipegue, município de Aquidauana.

No início da segunda metade do século XIX, durante a guerra entre o Brasil e o Paraguai, a região pantaneira foi palco de vários episódios bélicos, sendo o mais popularizado a "Retirada da Laguna". Este conflito colocou os índios Guaikuru e Terena entre os dois fogos inimigos. O envolvimento dos índios nessa guerra foi direto, ocorrendo inclusive a formação de batalhões compostos exclusivamente por indígenas Terena, os quais lutaram ao lado das tropas do Império brasileiro. Para os índios, o episódio da Guerra do Paraguai foi desastroso, entre outras conseqüências, as comunidades indígenas sofreram uma redução drástica em seus contingentes populacionais, pois foram diversas vezes atingidas pelos combates ou pelas enfermidades trazidas pelos exércitos adversários.

Com o final da Guerra do Paraguai, o território étnico Terena foi substancialmente loteado entre os combatentes remanescentes da guerra, que permaneceram na região. A situação fundiária dos índios agravou-se quando, nas últimas décadas do século XIX, a expansão do modelo pecuário pantaneiro fez encolher o espaço necessário para a reprodu-

● Região onde vivem atualmente os índios Terena.

FONTE: RONDON, 1946



Aldeiamento do Ipegue, Aquidauana, no início do século XX.

ção do modo de ser Terena tradicional. Encurralados em áreas exíguas, centenas de índios foram recrutados para servirem como mão-de-obra muito barata nas fazendas recém implantadas ou reconstruídas.

No início do século XX, motivado, sobretudo por razões estratégicas, o governo brasileiro construiu uma estrada de ferro (Ferrovia Noroeste do Brasil) interligando, pela primeira vez por via terrestre, a bacia do rio Paraguai com o Brasil atlântico. Esta ferrovia dissecou o território Terena, concluindo-se dessa forma o processo de concentração étnica em áreas reduzidas e congestionadas de ocupantes.

Hoje, os Terena são aproximadamente dezoito mil índios. Em torno de dez mil pessoas vivem nas áreas que, no início do século XX, sob as instruções emergenciais de Rondon, foram reservadas para esses índios pelo extinto SPI, nos municípios de Miranda, Aquidauana, Nioaque, Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Algumas comunidades menores estão localiza-

das nos municípios de Dourados e Porto Murtinho, áreas para onde foram transladadas, em meados do século passado, pelo órgão tutor. As pessoas restantes estão diluídas, na condição de índios desaldeados, em fazendas ou cidades vizinhas às suas aldeias e em Campo Grande. Na periferia desta cidade, surgiu um bairro habitado só por índios Terena, caracterizando-se como uma das primeiras aldeias urbanas no Brasil. A maior parte das áreas Terena está legalizada, todavia o acelerado crescimento populacional indígena pressiona as autoridades competentes para solucionar o excesso populacional de algumas áreas.

FONTE: RONDON, 1946

Mulher com filha na Aldeia Ipegue.

A língua Terena é ensinada no lar pelas mães aos seus filhos pequenos. Nos primeiros anos da década de 1990, nas escolas Terena, foram realizadas no Estado as experiências pioneiras de alfabetização bilíngüe. A produção de artefatos de cerâmica, cuja decoração externa (pintura) apresenta harmoniosas e delicadas composições de motivos florais e/ou abstratos é feita pelas mulheres. Todavia, não é em todas as aldeias que isso ocorre. As aldeias de Miranda são aquelas que mais conservaram esse hábito tradicional. Uma parte da produção desses objetos é consumida internamente nas aldeias, como bens de uso cotidiano (panelas, xícaras, reservatórios para água, etc) enquanto outras peças destinam-se ao comércio regional (mercado municipal de Campo Grande e outros) ou são consumidas como "*souvenir*" pelos turistas em visita ao Estado. Além da língua e da confecção de peças artesanais, os Terena conservam outras características culturais tradicionais, tais como a dança do bate-pau, pela qual rememoram e mantêm vivos aspectos do passado étnico além de contribuir para a manutenção da identidade Terena enquanto amálgama do tecido social indígena.

As famílias Terena são muito empenhadas em proporcionar uma boa formação escolar para suas crianças e jovens.

Habitações Terena na Aldeia Lalima, município de Miranda.

Escola Marechal Rondon, na Aldeia Bananal, município de Aquidauana.

Índio Terena da Aldeia Limão Verde, município de Aquidauana.

Significativos aspectos das tradições culturais Terena ainda são conservados por seus descendentes. Entre eles a língua, a produção de cerâmica e as danças.

Terena

Dança do Bate-Pau, município de Aquidauana.

Recipientes de cerâmica produzidos na Aldeia Cachoeirinha, município de Miranda. À direita, detalhe com padrões decorativos da cerâmica.

FONTE: GODOY, 2001

Guató

Os Guató, lingüisticamente enquadrados por alguns autores no tronco Macro-Jê, apresentam características culturais e lingüísticas tão próprias que fica até incômodo inseri-los nas classificações gerais existentes. Por alguns autores estes índios são considerados falantes de um grupo lingüístico isolado.

Por ocasião do "descobrimento" e reconhecimento da bacia Platina, no século XVI, os Guató formavam uma sociedade indígena bem numerosa. Viviam boa parte do tempo embarcados em canoas. Suas habitações eram unifamiliares e localizavam-se quase sempre em aterros nas margens das lagoas, rios e ilhas do Pantanal, no noroeste do Estado. Não constituíam aldeias, até porque, nas áreas inundáveis do Pantanal, há poucas superfícies extensas suficientemente para tal. Estes fatores eram determinantes em sua organização social, de tal forma que podemos observar a estrutura social desses índios como sendo atomizada em pequenas unidades de duas ou três famílias, as quais reuniam-se em algumas épocas do ano para festas e casamentos.

Viviam basicamente da pesca e da caça da fauna pantaneira e ainda de uma incipiente lavoura implantada nos diques fluviais ou lacustres, conhecidos na região pantaneira como "cordilheiras". Entre outros hábitos culturais singulares deste povo destaca-se o de construírem pequenos aterros com conchas e areias sobre os quais se abrigavam das cheias anuais do Pantanal. Eram nestes aterros que

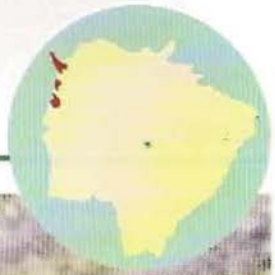
os Guató faziam seus cultivos de milho, abóbora, batata, banana, algodão, algumas palmeiras, etc. As mulheres eram exímias tecelãs e fabricavam lindos tecidos de algodão colorido.

Os Guató, ao contrário do arredio temperamento dos Payaguá, seus vizinhos fluviais, eram dóceis e praticamente não opuseram obstáculos à colonização européia nessa porção da bacia platina.

A boa disposição dos Guató em receber estrangeiros permitiu uma grande oportunidade para o registro etnográfico de interessantes aspectos de sua realidade cultural. Em 1825, foram visitados pela expedição científica patrocinada pelo Czar Alexandre I e chefiada pelo explorador e naturalista Barão de Langsdorf, cônsul geral da Rússia, no Rio de Janeiro. Nesta expedição, os jovens artistas franceses Amadey Taunay e Hércules Florence estavam encarregados da documentação iconográfica. Estes artistas, além de deixarem anotadas, nos seus respectivos diários de campo, riquíssimas observações etnográficas, ainda nos legaram preciosos desenhos de cenas do cotidiano desses índios e da paisagem pantaneira naquela época.

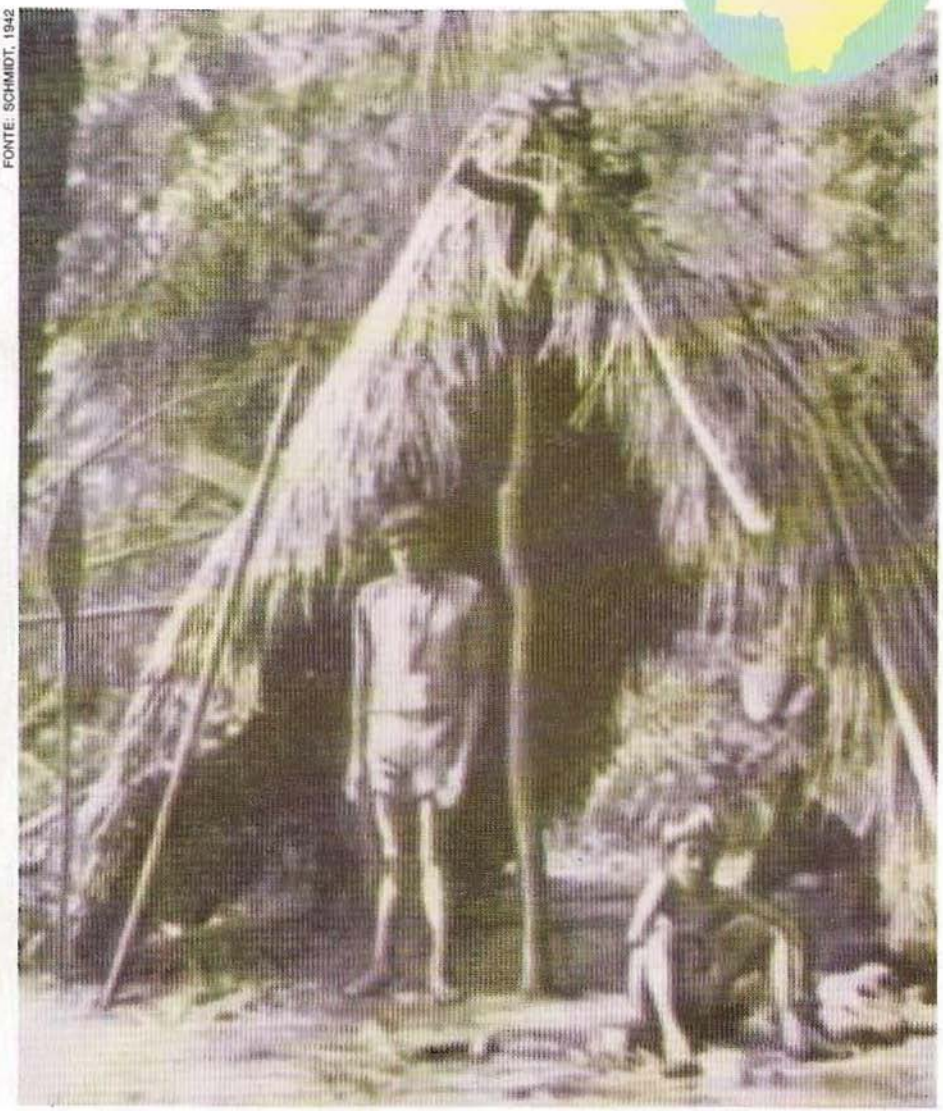
Não muito tempo depois, em 1845, outro francês, o naturalista Francis de La Porte, Conde de Castelnau, acrescentou ao conhecimento etnográfico novas descrições destes indígenas. Os relatos dos viajantes, no século XIX, evidenciaram ainda o processo de acelerada redução populacional e descaracterização cultural que atingiu os Guató após os conflitos entre o Brasil e o Paraguai, entre 1864 e 1870.

Em 1984, um levantamento demográfico realizado pelo órgão responsável pela política indigenista do governo brasileiro, a FUNAI, cadastrou trezentos e vinte e oito índios Guató, em Mato Grosso do Sul, sendo considerados como tal inclusive aqueles indivíduos que tenham pelo menos um dos progenitores Guató. Desses, uma parcela menor vive na cidade de Corumbá ou dispersos por fazendas da região pantaneira. Algumas famílias, em seu *habitat* original, estão bastante pressionadas pelo avanço das atividades agropastoris atuais, ou mesmo pelo turismo fluvial no rio Paraguai.



● Região onde vivem atualmente os índios Guató.

FONTE: SCHMIDT, 1942

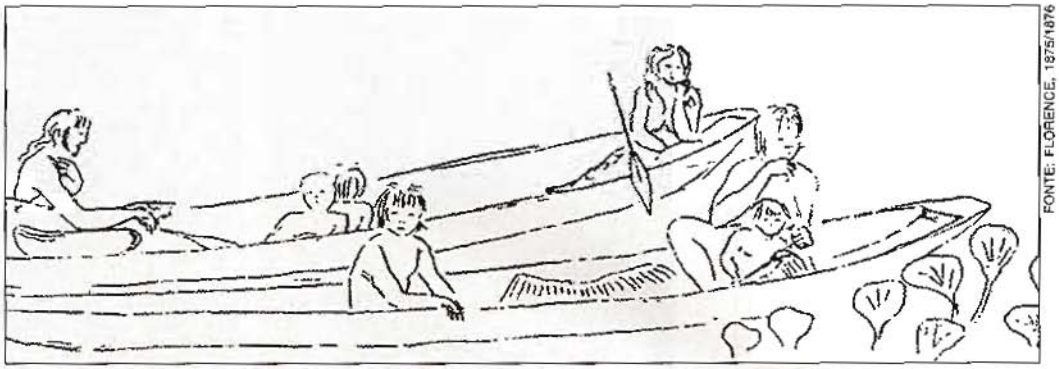


Habitação e menino Guató no Pantanal.

Guató

No século XVI os Guató formavam uma sociedade indígena bem numerosa. Viviam embarcados em canoas e habitavam nas margens das lagoas, rios e ilhas do Pantanal.

Índios canoeiros no início do século XIX no olhar de Hércules Florence.



FONTE: FLORENCE, 1875/1876

Índios Guató navegando em canoa no Pantanal.

FONTE: SCHMIDT, 1942

Ofayé

Nas margens planas do rio Paraná, desde a segunda metade do século XIX, no leste sul-mato-grossense viveram, e aí ainda se localizam algumas dezenas de remanescentes da outrora numerosa etnia Ofayé, ou Ofayé-xavante. Este grupo indígena, filiado ao tronco lingüístico Macro-jê, é, hoje, em termos numéricos, o mais reduzido dos que habitaram o Estado. Com hábitos quase que exclusivamente predadores, no passado, localizavam-se no meio do caminho das terras a serem conquistadas pelos colonizadores do oeste brasileiro.

Sua etno-história há séculos convive com a violência, a perseguição e o extermínio. No passado, recorrentemente atacados pelos vizinhos Kaiapó Meridional e Guarani refugiavam-se nas matas em permanente nomadismo. A partir do século XVII, os bandeirantes paulistas, envolvidos com a captura de índios para suas lavouras coloniais, iniciaram as investidas sobre o território étnico Ofayé, que antecedia a região das reduções jesuítas do Itatim, no planato Maracaju-Campo Grande. No século seguinte, o tráfego fluvial em direção às minas de Cuiabá, no Ciclo da Monções, abriu a perspectiva de ocupação das terras Ofayé com a implantação de estâncias de gado subsidiárias ao complexo garimpeiro mato-grossense.

Até a primeira metade do século XIX, a caça ocupava papel fundamental na cultura Ofayé. Daí para a frente, a escassez de animais silvestres fez com que a já reduzida população desses índios se habituasse a abater reses criadas extensivamente nos campos naturais do seu território étnico. Isto fez com que os pecuaristas aí instalados organizassem uma permanente campanha de extermínio desses

indígenas por meio da contratação de grupos armados, os chamados "bugreiros".

Os Ofayé eram pessoas de estatura pequena e bastante arredios a qualquer contato com o "branco" ou mesmo com outros índios. Viviam em pequenos grupos, instalados em precárias habitações que ocupavam por breves períodos. Como as demais etnias do grupo Jê, dormiam no chão, sobre frágeis esteiras, ou até mesmo em pequenas valas preenchidas com palhas, ao redor de uma fogueira. Em torno de vinte casas distribuídas circularmente, tendo como centro um grande pátio, caracterizavam a planta de suas aldeias. Nessa área central eram realizadas suas festas e jogos. As casas tinham duas saídas, uma para o campo de roças, atrás da aldeia, e outra para o terreiro central.

A figura do xamã (rezador) era muito significativa. Era ele quem dava o nome aos recém-nascidos, sempre o de um pássaro, que não deveria ser abatido por quem o tinha por nome. O cacique gozava de algumas vantagens, isto em termos de localização habitacional e objetos pessoais, estes especialmente adornados. O cargo era transmitido hereditariamente, embora o ocupante pudesse ser substituído caso não demonstrasse vocação para a função.

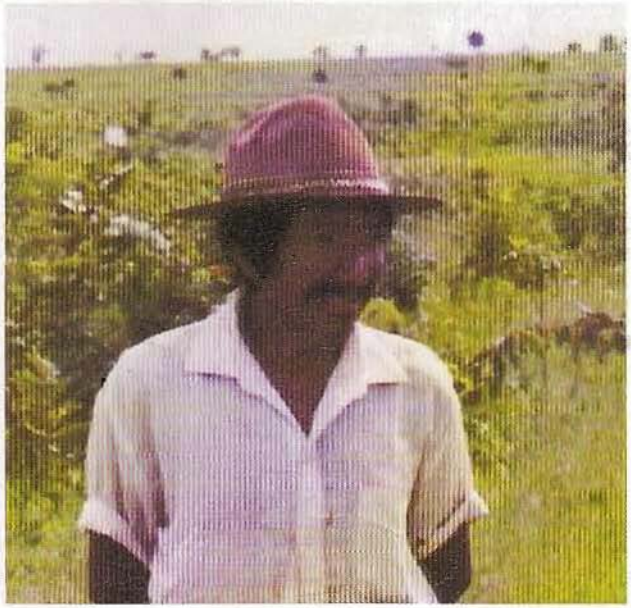
Após serem considerados como extintos, nas décadas de 1960 e 1970, a comunidade Ofayé atualmente ocupa uma parte da área para eles demarcada pela FUNAI, no município de Brasilândia. Ainda hoje lutam pelo reconhecimento de seus direitos étnicos, principalmente pela posse de uma área suficiente para conservar viva sua cultura e multiplicar sua população com qualidade de vida.

FONTE: OUTRA, 1996

● Região onde vivem atualmente os índios Ofayé.

Acima, família de índios Ofayé, no município de Brasilândia.

Na página ao lado, Ataíde, líder Ofayé responsável pelo reagrupamento da comunidade indígena no município de Brasilândia.



Índio Ofayé idoso, no município de Brasilândia.

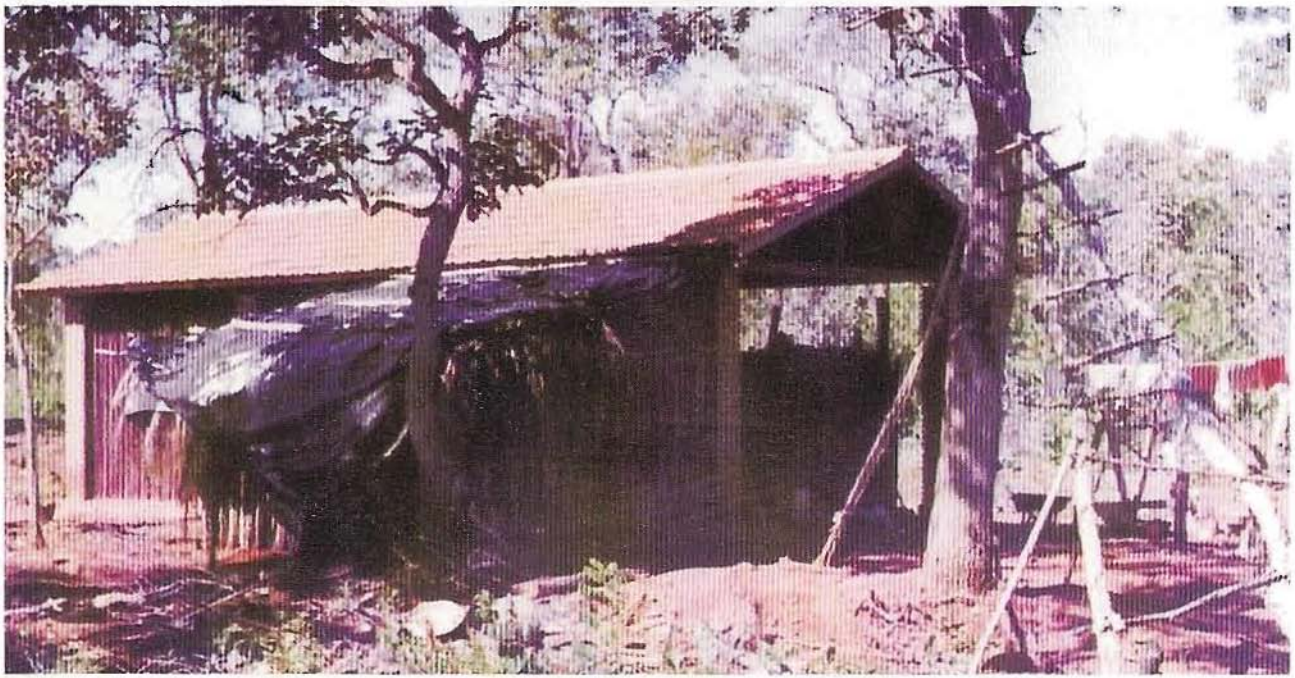
Ofayé

A pequena comunidade Ofayé de Brasilândia simboliza a perseverança dos índios na manutenção da identidade étnica.

FONTE: CIMI-MS, 1991

À direita, ilustração reproduzindo habitação Ofayé original.

Abaixo, modelo das casas em que os Ofayé moram atualmente no município de Brasilândia.



Kaiapó Meridional

Na região norte-nordeste de Mato Grosso do Sul, ambientados à vegetação xeromórfica do Cerrado, viviam os Kaiapó Meridional, pertencentes ao tronco lingüístico Macro-jê. No Brasil colonial esses índios eram conhecidos também como os "índios bilreiros", isto por terem o costume de portar uma espécie de bengala ou borduna que tinha uma das extremidades em forma esférica, lembrando os bilros das rendeiras. O fato de viverem em áreas com vegetação aberta e de campos fazia com que sua cultura material contrastasse bastante com as das demais etnias sul-mato-grossenses, sobretudo as pantaneiras e Guarani.

A organização social dos Kaiapó Meridonal obedecia como critério para definir-se, os clãs, fator esse que influenciava todos os aspectos da vida étnica. A mulher tinha um papel importante no grupo. O homem, ao contrair matrimônio, ia morar com a família da esposa.

Sobre a cultura material dos Kaiapó Meridional, chama a atenção do observador o fato de que eles não usavam redes para dormir, como é comum na maior parte das culturas indígenas brasileiras. Dormiam em esteiras estendidas sobre o chão. Quanto à confecção de artefatos de cerâmica, esse não era um comportamento tecnológico muito desenvolvido nem difundido entre estes índios. No entanto, eram sofisticados na manipulação da arte plumária e portadores de expressivas técnicas de pintura corporal (tatuagens).

Na época em que os portugueses exploravam ouro e pedras preciosas em Mato Grosso, no século XVIII, os rios de Mato Grosso do Sul eram as vias por onde circulavam as mercadorias do comércio monçoeiro, inter-

● Região onde viveram até o final do século XIX os índios Kaiapó Meridional.

ligando São Paulo e Cuiabá. Nesse contexto histórico, os assaltos dos Kaiapó Meridional às Monções bandeirantes constituíram-se em um dos maiores obstáculos a esse sistema de transporte flúvio-comercial. O momento crítico era quando as mercadorias eram desembarcadas das canoas monóxilas e precisavam transitar pelos "varadouros" terrestres, como o de Camapuã, por exemplo. Os prejuízos causados pelo sistemático assédio dos Kaiapó Meridional às Monções eram tão altos que, para a manutenção do ciclo minerador cuiabano, os colonos luso-brasileiros os combateram até o extermínio. Desde meados do século XIX esses índios estão extintos no Estado.

Payaguá

Sendo Mato Grosso do Sul um estado sulcado por muitos e expressivos cursos fluviais, como destacamos na introdução deste livro, a hidrografia regional teve um papel relevante na composição do mosaico etnográfico sul-mato-grossense. Nesse sentido, algumas sociedades indígenas estaduais historicamente desenvolveram sistemas culturais adaptados a ambientes fluviais e inundáveis. Com exceção dos Guató, todas foram extintas no contato com o modelo colonizador, no período colonial. Entre essas etnias canoeiras/pescadoras os registros históricos nos permitem destacar os Payaguá. Com isso não queremos dizer que outros grupos étnicos agricultores, como os Guarani, por exemplo, desconhecessem a navegação fluvial. No entanto, para estes, esse aspecto não era fundamental em sua cultura material.

Os Payaguá integravam um subgrupo lingüístico da família Guaikuru. Era um povo por excelência canoeiro. Quando da chegada dos conquistadores espanhóis, no médio curso do rio Paraguai, ainda na primeira metade do século XVI, eram esses índios senhores absolutos desse trecho do rio, de suas margens e do baixo curso dos seus afluentes em território brasileiro. Segundo os cronistas dos séculos XVI e XVII, os Payaguá não construíam aldeias, viviam quase que todo o tempo a bordo de suas canoas e só desembarcavam delas, por períodos mais longos, para participarem de festas tradicionais ou de confraternização étnica, mesmo assim circunscritos às margens fluviais ou lacustres. Eram exímios remadores e nadadores.

Singrando os rios e lagoas do Pantanal, em comboios de até centenas de canoas, os Payaguá aliaram-se às demais sociedades

Região onde viveram até fins do século XVIII os índios Payaguá.

Guaikuru na resistência ao avanço da colonização ibérica durante os séculos XVI, XVII e XVIII. A dissolução dessa aliança, na segunda metade do século XVIII, e a militarização das flotilhas fluviais portuguesas responsáveis pelo comércio monçoeiro com as áreas mineradoras cuiabanas foram os fatores que ocasionaram a quebra da soberania fluvial desses índios sobre a hidrografia pantaneira, franqueando assim a livre navegação em todo o percurso do rio Paraguai e do Cuiabá. Porém, até que tal ocorresse, alguns comboios monçoeiros, com centenas de pessoas e significativas quantidades de mercadorias e cargas de metais preciosos, foram inteiramente dizimados por assaltos indígenas, sem tempo, ao menos, de sairem do leito do rio.

Esgotados por quase três séculos de confronto desproporcional, já em meados do século XIX os Payaguá estavam praticamente extintos, sobretudo por perderem o controle sobre o ambiente natural (o rio) de realização de sua cultura.

A Questão Indígena em Mato Grosso do Sul Contemporâneo

"O problema indígena
não é um problema dos índios,
mas um problema que os 'civilizados'
criaram para eles."

Conselho Estadual dos
Direitos do Índio – CEDIN

Qualquer abordagem sobre a problemática indígena sul-mato-grossense, no presente, independente da temática selecionada, sempre será polêmica. O consenso, seja nas questões causais ou nos encaminhamentos de propostas intervenientes, embora buscado por muitos, ainda está longe de ser alcançado. A intromissão de fatores políticos, internos e externos às sociedades indígenas, tais como: tradicionais conflitos interétnicos, rivalidades entre lideranças indígenas, disputa por espaços entre as entidades indigenistas (governamentais ou não) e a complexidade antropológica de realidades pluri-étnicas, como a Terra Indígena de Dourados, não facilitam uma compreensão objetiva do problema, possibilitando assim diferentes formas de leitura do mesmo fenômeno, como o que ocorre, a título de ilustração, em relação aos casos de suicídios nas áreas Guarani/Kaiowá. Sendo assim, o melhor direcionamento para uma discussão pró-ativa é aquele indicado pelo diálogo amplo e aberto entre as partes envolvidas na questão.

É necessário sublinhar que os problemas sociais e étnicos abrigados por esta realidade são próprios e específicos do contexto estadual, diferindo inclusive daqueles que se apresentam no vizinho Estado de Mato Grosso. A homogeneidade não existe nem internamente nas áreas aqui abordadas. Cada situação étnica (Guarani/Kaiowá, Guarani/Nhandeva, Terena, etc) manifesta-se com características singulares, variando inclusive de aldeia para aldeia, o que impede qualquer tentativa de generalização dos problemas, das responsabilidades ou das soluções.

Uma análise panorâmica do presente e do passado indígena em Mato Grosso do Sul permite-nos esboçar um quadro no qual, de-

Qualquer fórmula de encaminhamento de soluções para a situação dos índios deverá ser produto de intervenções públicas com consulta a todos os setores envolvidos com o problema.

vido à natureza do processo histórico de contato intercivilizatório (índios e europeus) aqui ocorrido, as cores mais fortes são aquelas pinceladas pela violência, pelo estrangulamento espacial e pelo desrespeito ao modo de ser indígena. Na história regional, a acomodação forçada dos vários universos étnicos que compõem o mosaico cultural sul-mato-grossense indígena ao modelo expansionista e absorvente da economia agropastoril brasileira, sobretudo nos últimos cento e cinqüenta anos, desintegrou agudamente os sistemas culturais nativos tradicionais, levando-os a acumularem significativas perdas etnográficas e demográficas, implicando, em situações mais graves, na extinção de diversas comunidades, como foi o caso dos Kaiapó Meridional. Dessa forma, a tendência histórica ao desaparecimento, facilmente identificada, se usarmos para efeito de comparação as realidades dos estados brasileiros litorâneos, parecia, até vinte anos atrás, ser irreversível.

No entanto, a retomada do processo de democratização do país, a partir da década de 1980, trouxe consigo a discussão das questões ambientais, da qualidade de vida, das minorias excluídas e, no seu âmbito, a situação das populações indígenas. Com isso, acompanhando a trajetória política de reorganização da sociedade civil brasileira, dezenas de lideranças indígenas, destacando-se entre outras, no Estado, Marçal Guarani, e entidades representativas dos mesmos, emergiram do silêncio imposto secularmente e exigiram serem ouvidas nos debates institucionais sobre o que lhes dizia respeito. Em Mato Grosso do Sul, devido ao expressivo contingente demográfico indígena, o qual é ao mesmo tempo o segmento populacional estadual que apresenta, proporcionalmente, os mais alarmantes índices de miséria social e existencial e a gravidade dos conflitos fundiários com a sociedade envolvente, a politização da questão indígena tornou-se obrigatória.

Hoje, a ameaça real de extinção física e étnica, para a maioria dos índios sul-mato-grossenses, está relativamente afastada, embora seja muito preocupante a realidade vivida pelas etnias Ofayé e Guató. Processos de etnogênese, como é o caso dos Atikum, em Nioaque, evidenciam as novas perspectivas que a questão indígena assume no Estado. A progressiva e eficaz organização sócio-política dos Guarani, dos Terena, dos Ofayé,

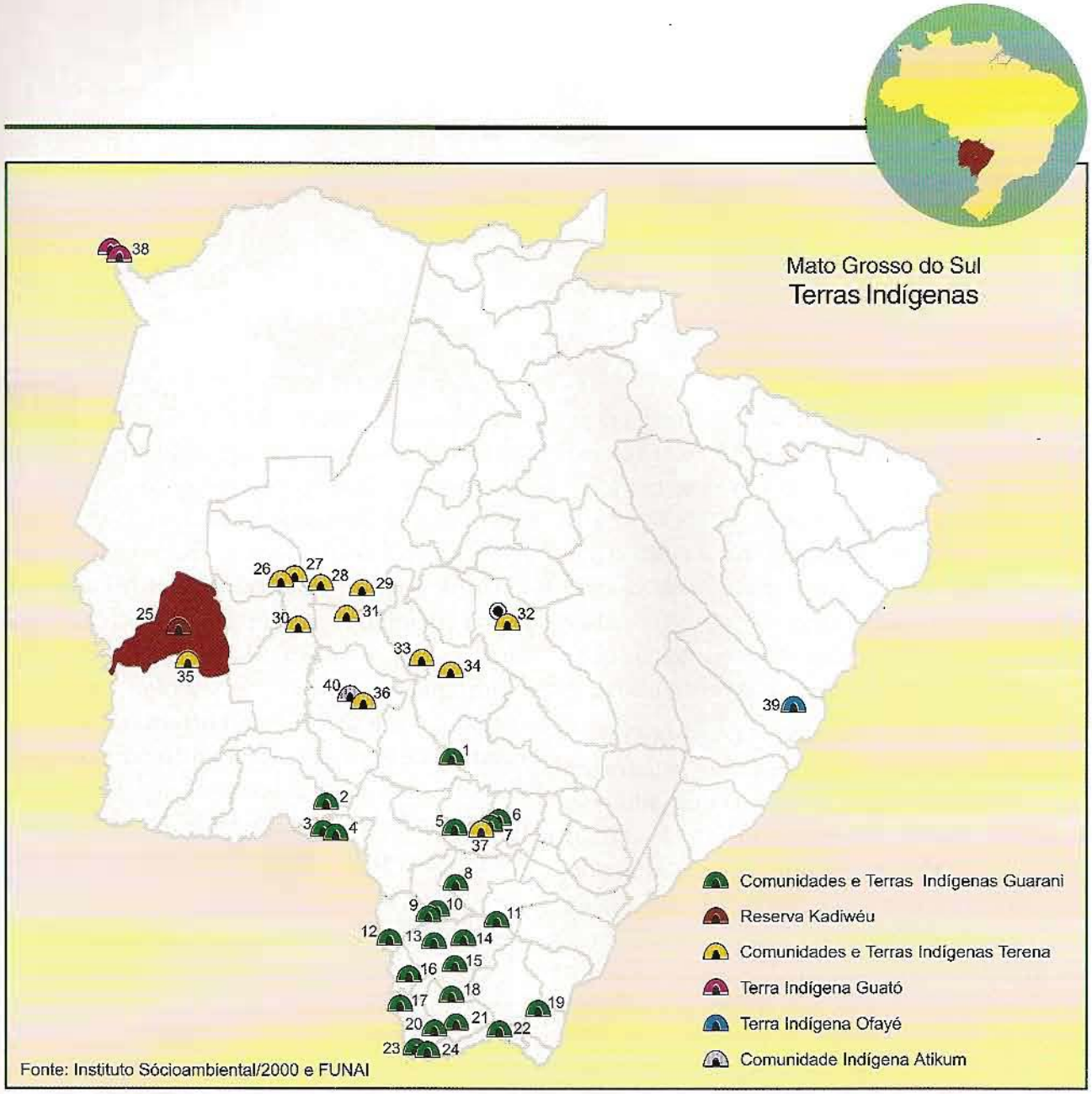
dos Guató e dos Kadiwéu, nos últimos quinze anos, desencadeou uma vigorosa contra-ofensiva política que resultou na participação (longe ainda de ser suficiente) das organizações governamentais, sejam elas federais, estaduais ou municipais, em programas de educação, saúde, extensão rural e outros, visando atenuar a marginalidade desses cidadãos no que diz respeito às responsabilidades dos órgãos públicos e de suas funções constitucionais. Ao mesmo tempo, a campanha permanente pró-índio veiculada pelas organizações não-governamentais tem contribuído em muito para a formação de uma opinião pública mais favorável à causa indígena. Também a imprensa colaborou para tal, na medida que tem divulgado denúncias de violações dos direitos humanos, trabalhistas, incidentes policiais, conflitos sociais com o segmento envolvente e omissões das autoridades públicas.

Grupo de índios Kaiowá armados durante a retomada da TI Pirakuá, Bela Vista, no ano de 1986. Foi por liderar essa luta que, em 1983, Marçal de Souza Guarani (ao alto) foi assassinado. Primeiro índio americano a ser recebido pelo Papa João Paulo II, em 1980, Marçal projetou internacionalmente a questão indígena brasileira.

Qualquer fórmula ou encaminhamento de soluções para a ainda crítica situação dos índios, em Mato Grosso do Sul, será, sobretudo, produto de um consórcio de intervenções públicas orientadas e dirigidas pela consulta a todos os setores (índios e não-índios) envolvidos com o problema, relembrando, como um dos pressupostos para tal, o tema da "Campanha da Fraternidade", no ano de 1978, que pronunciava que "A esperança do índio depende da consciência do branco".

Nos últimos vinte anos, a população indígena sul-mato-grossense cresceu significativamente, recuperou sua auto-estima e passou a construir o seu próprio futuro.

TERRA INDÍGENA	POVO	POPULAÇÃO (Nº, FONTE, DATA)	EXTENSÃO MUNICÍPIO (HA)
1. Sucuriy	Guarani Kaiowá	84 PKG: 98	535 Maracajú
2. Pirakua	Guarani Kaiowá	270 PKG: 98	2.384 Bela Vista
3. Cerro Marangatu	Guarani Kaiowá	200 FUNAI	0 Antônio João
4. Aldeia Campestre	Guarani Kaiowá	236 PKG: 98	9 Antônio João
5. Dourados	Guarani Ñandeva / Terena / Guarani Kaiowá	6.758 PKG: 98	3.475 Dourados
6. Panambi	Guarani Kaiowá	551 PKG: 98	2.037 Dourados
7. Panambizinho	Guarani Kaiowá	253 PKG: 98	1.240 Douradina
8. Caarapó	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	2.896 PKG: 98	3.594 Caarapó
9. Guaimbé	Guarani Kaiowá	256 PKG: 98	717 Ponta Porã
10. Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	505 PKG: 98	778 Ponta Porã
11. Jarara	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	249 PKG: 98	479 Juti
12. Guaçuti	Guarani Kaiowá	164 PKG: 98	930 Aral Moreira
13. Amambaí	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	4.465 PKG: 98	2.429 Amambai
14. Jaguari	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	150 FUNAI: 99	405 Amambai
15. Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	390 Mangolin: 93	660 Amambai
16. Taquaperi	Guarani Kaiowá	1.600 PKG: 98	1.886 Amambai
17. Sete Cerros	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	230 Mangolin: 93	8.584 Cel. Sapucaia
18. Sassoró	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	1.351 PKG: 98	1.923 Ponta Porã
19. Cerrito	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	186 PKG: 98	2.040 Eldorado
20. Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowá	360 FUNAI: 99	2.609 Paranhos
21. Jaguapiré	Guarani Kaiowá	429 PKG: 98	2.349 Tacuru
22. Porto Lindo	Guarani Ñandeva	1.859 PKG: 98	1.649 Mundo Novo
23. Potrero Guaçu	Guarani Ñandeva	620 Rel. Identif.: 98	4.025 Paranhos
24. Pirajuí	Guarani Ñandeva	1.879 PKG: 98	2.118 Sete Quedas
25. Reserva Kadiwéu	Terena / Kadiwéu	1.592 Pechincha, M.T.: 98	538.536 Porto Murtinho
26. Pilade Rebuá	Terena	1.391 FUNAI: 99	208 Miranda
27. Cachoeirinha	Terena	3.500 Mangolin: 93	2.644 Miranda
28. Taunay/Ipegue	Terena	4.601 FUNAI: 99	6.461 Aquidauana
29. Limão Verde	Terena	675 PKG: 98	4.886 Aquidauana
30. Lalima	Terena	1.137 FUNAI: 99	3.000 Miranda
31. Aldeinha	Terena	328 Mangolin: 93	4 Anastácio
32. Campo Grande	Terena	1.500 Gilson	– Campo Grande
33. Buriti	Terena	1.783 FUNAI: 99	2.090 Dois Irmãos Buriti / Sidrolândia
34. Burutizinho	Terena	320 FUNAI: 99	10 Sidrolândia
35. Reserva Kadiwéu	Terena / Kinikinau	1.300 FUNAI	– Porto Murtinho
36. Nioaque	Terena	1.980 Mangolin: 93	3.029 Nioque
37. Dourados	Terena	300 FUNAI	– Dourados
38. Guató	Guató	382 FUNAI: 99	10.900 Corumbá
39. Ofayé	Ofayé	58 Funasa: 99	1.937 Brasilândia
40. Nioaque	Atykum	70 Silva: 00	– Nioaque


Mato Grosso do Sul
Terras Indígenas
Comunidades e Terras Indígenas Guarani
Reserva Kadiwéu
Comunidades e Terras Indígenas Terena
Terra Indígena Guató
Terra Indígena Ofayé
Comunidade Indígena Atikum
Fonte: Instituto Sócioambiental/2000 e FUNAI

Considerações Finais

Finalmente, pela breve exposição anterior das relações intercivilizatórias em Mato Grosso do Sul, no passado, percebe-se de forma transparente duas realidades: a pré-colombiana, onde a abundância dos recursos naturais do Estado viabilizou uma complexa e intensa ocupação humana, equilibrada como um todo, e a colonial e contemporânea onde a disputa pelo espaço passou a significar o extermínio dos originais habitantes e a degradação do meio ambiente. Não existe aqui nada de singular em relação a outros contextos do Novo Mundo e sim mais uma confirmação do caráter depredatório do modelo econômico "ocidental".

"Ovo quebrado não se cola". O conhecimento da natureza etnológica de Mato Grosso do Sul e de seu processo etno-histórico, abastece-nos com os elementos necessários para um exame de consciência e tomada de decisão sobre as opções que, no momento, se apresentam para o futuro. Os desequilíbrios ambientais, hoje, mostram-se como o "feitiço virando-se contra o feiticeiro". Os grandes prejuízos econômicos, financeiros e ambientais – produtos de situações irresponsavelmente descontroladas, imprevistas e até mal intencionadas – têm surpreendido significativos investimentos da agro-indústria e do turismo na área estadual.

Provindas da desarmonia ecológica, no momento, as ameaças à qualidade de vida nos obrigam a refletir sobre o redirecionamento do futuro. Garantir a sobrevivência dos atuais povos indígenas, em Mato Grosso do Sul, de acordo com seu modo de ser, é restaurar o eixo civilizatório. Segundo a tradição religiosa Guarani/Kaiowá do sul do Estado, os índios Kaiowá não podem acabar, pois se eles acabarem quem irá rezar para não acabar o mundo?

Comentários Sobre as Fontes Etno-históricas Sul-Mato-Grossenses

Se compararmos com alguns outros estados brasileiros, as fontes e a produção bibliográfica etno-histórica e etnográfica sul-mato-grossense são consideráveis e têm raízes históricas. No século XVII, definiu-se o modelo de exploração colonial para a região, elegendo a mão-de-obra indígena como mercadoria principal no processo de acumulação de capitais mercantis. Nessa época os diferentes grupos étnicos que povoavam o Estado foram abordados, de forma impactante, tanto pelo recrutamento forçado de braços para a agricultura colonial, como pela ação da catequese católica. A documentação produzida nesse momento, seja como fonte primária ou como crônica histórica, permitiu o registro e a conservação de inestimáveis depoimentos sobre a realidade étnica aqui constituída, inclusive pré-colonial, sobretudo por meio dos vastos e detalhados relatos jesuítas.

No século XVIII, o eixo da economia colonial deslocou-se do nordeste açucareiro para o complexo mineiro/cuiabano. A complexidade dessa atividade, em termos de relações sociais e administração econômica, implicou em um sofisticado mecanismo de controle tributário e estratégico por parte do aparato metropolitano, o qual exigiu a produção de quantitativa documentação, avaliação e aprofundamento do conhecimento desse contexto.

O papel histórico desempenhado pelo índio, em Mato Grosso, evoluiu com o Sistema Colonial. Na realidade garimpeira mato-grossense, o nativo era um obstáculo às atividades mineradoras, tanto na condição de ocupantes precedentes das áreas de lavras, quanto como intruso e salteador das rotas comerciais do Ciclo Monçoeiro. Nessa perspectiva, surge para o sistema a necessidade de eliminá-lo ou, no mínimo, de expulsá-lo de suas terras para a periferia do cenário histórico colonial. Dessa época, são célebres e abundantes as descrições, partidarizadas, dos conflitos entre os índios e

os colonizadores no oeste colonial. Escreveu-se, inclusive, com o objetivo de esclarecer e justificar o massacre étnico e a eliminação da resistência indígena na defesa de seu *habitat* tradicional.

O período seguinte é marcado pela tentativa dos índios em sobreviver, mesmo reprocessando parcelas consideráveis de sua identidade étnica/cultural, pressionados pela expansiva e sufocante fronteira da sociedade envolvente. A leitura que o século XIX fez dos remanescentes étnicos no Centro-Oeste brasileiro é aquela que os enxergava como "bugres" a serem integrados nas camadas inferiores da sociedade do Brasil imperial. As observações etnográficas, nessa época, foram formuladas principalmente pelas autoridades provinciais, com o intuito de mapear as manchas demográficas indígenas e planejar a expansão agropastoril sobre as áreas ainda disponíveis. Por outro lado, ainda nesse século, uma significativa e valiosa coleção de trabalhos descritivos e ilustrados, sobre a realidade etnográfica de então, foi construída sob o olhar de diversos viajantes estrangeiros que por aqui passaram, em décadas distintas do século XIX, na condição de naturalistas e/ou exploradores, completando o painel etnográfico dessa conjuntura. Entre esses destacamos, como exemplos, Castelnau, Florence, Langsdorf, D'Orbigny, Taunay e Boggiani.

No início do século XX já estavam elaboradas as bases conceituais da etnologia científica. Mais uma vez, a região de Mato Grosso do Sul, devido a sua significativa população indígena, atraiu a atenção de estudiosos nacionais e estrangeiros, os quais documentaram o agudo momento que o mosaico étnico estadual atravessava, isto no que diz respeito à conservação demográfica e cultural. São inestimáveis para o conhecimento da etno-história contemporânea os trabalhos de Nimuendaju, Baldus, Grumberg, Metraux, Schmidt e Rondon. Aprofundando a leitura dos textos dos observadores anteriormente citados, os quais foram os pioneiros da etnografia moderna, nos anos 30, 40 e 50 é que se produziram as primeiras análises históricas/etnográficas de pesquisadores ligados à comunidade universitária, tais como Levy Strauss, Schaden e Darcy Ribeiro, que, de certo modo, foram os referenciais dos formadores das atuais gerações acadêmicas.

No atual momento, além da contribuição esporádica dos órgãos locais de imprensa, somam-se os textos oriundos das experiências de entidades indigenistas, governamentais ou não, bem como monografias e dissertações geradas em cursos universitários de pós-graduação.

A seguir, arrolamos algumas indicações bibliográficas básicas referentes à arqueologia e à etno-história dos grupos indígenas sul-mato-grossenses, como sugestão para estudos preliminares, sem, no entanto, deixar de ressaltar que a listagem aqui apresentada é preliminar e subjetiva.

Sugestões Bibliográficas

ARQUEOLOGIA

BEBER, M. V. *A arte rupestre do Nordeste do Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUC-RS, Porto Alegre, 1994.

GIRELLI, M. *Lajedos com gravuras na região de Corumbá, MS*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/ UNISINOS, 1994.

KASHIMOTO, E. M. *Variáveis ambientais e arqueologia no Alto Paraná*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1997.

KASHIMOTO, E. M. & MARTINS, G. R. 5000 anos de tecnologia lítica. *Pantanal 2000-Encontro Internacional de Integração Técnico-Científica para o Desenvolvimento Sustentável do Cerrado e Pantanal*, Corumbá, UCDB, p. 156-157, 2000.

LA SALVIA, F. & BROCHADO, J. P. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

MARTINS, G R. Arqueologia regional: o potencial arqueológico da Bacia de Inundação do Reservatório da UHE de Porto Primavera-MS. *Ciências em museus*. Belém: Museu Emílio Goeldi, n. 4, p. 150-151, 1992.

____. *Arqueologia do Planalto Maracaju-Campo Grande: o estudo do sítio Maracaju-1 através de análise quantitativa de sua indústria lítica*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo,1996.

____. Relatório de registro do sítio arqueológico Aquidauana-3. In: *Resumos da VI Reunião Científica da SAB*. Rio de Janeiro, Universidade Estácio de Sá, 1991.

MARTINS, G. R & KASHIMOTO, E. M. Arqueologia na área impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil: trecho Terenos-Três Lagoas/MS. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, n. 8, p. 87-107, 1998.

_____. *Resgate arqueológico na área do gasoduto Bolívia/Brasil em Mato Grosso do Sul.* Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

____. Arqueologia Guarani no Alto Paraná, Estado de Mato Grosso do Sul. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande, UFMS, v. 3, n. 5, p. 51-64, 1999.

MARTINS, G. R.; KASHIMOTO, E. M. & TATUMI, S. H. Datações arqueológicas em Mato Grosso do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, USP, n. 9, p. 73-93. 1999.

MORAIS, J. L. A propósito do estudo das indústrias líticas. In: *Revista do Museu Paulista, Nova Série*, vol. XXXII, p. 155-184, São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1987.

PASSOS, J. A. M. B. *Petroglifos em Mato Grosso, com apêndice sobre outros do Paraguai e Bolívia*. Tese (livre-docência), USP, São Paulo, 1975.

PEIXOTO, J. L. dos S. *A ocupação Tupiguarani na borda oeste do Pantanal Sul-Matogrossense. Maciço de Urucum*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUC/RS, Porto Alegre 1995.

ROGGE, J. H., SCHMITZ, P. I. Projeto Corumbá: a cerâmica dos aterros. REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 6ª, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: CNPq/FINEP/UNESA/SAB, p. 784-791, 1992.

SCATAMACCHIA, M.C.M. *Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani*. Dissertação (mestrado) USP, São Paulo, 1981.

__ *A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas*. Tese (doutoramento), USP, São Paulo, 1990.

SCHMITZ, P I. Programa Arqueológico do MS - Projeto Corumbá. In: SCHMITZ, P(Org.). *Trabalhos apresentados no VI Simpósio Sul-Riograndense de Arqueologia: Novas Perspectivas* (PUCRS, 2 a 4 de maio de 1991). São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, p. 40-47, 1993.

SCHMITZ, P. I, ROGGE, J. H., ROSA, A. O. & BEBER, M. V. Aterros indígenas no Pantanal do Mato Grosso do Sul. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, *Pesquisas*, Antropologia, n. 54, 1998.

SOARES, A. L. R. *Guarani, organização social e arqueologia*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997.

VERONEZE, E. *A ocupação do Planalto Central Brasileiro: o nordeste do Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Educação e Humanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 1994.

ETNO-HISTÓRIA SUL-MATO-GROSSENSE E OBRAS GERAIS

ATAÍDES, J. M. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kaiapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia. Editora UCG. 1998.

AYALA, S. Cardoso & SIMON, F. *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Hamburgo, 1914.

BARROS, E P. Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II Império em Mato Grosso. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, vols. 30/31/32, p. 183-224, 1989.

BELLUZZO, A. M. de M. *O Brasil dos Viajantes: o imaginário do Novo Mundo*. São Paulo, Objetiva/Metalivros, 1994.

CABEZA DE VACA, A. N. *Relation de Voyage (1527-1537)*. Paris, Babel. 1994.

CALDAS, J. A. *Memória histórica sobre os indígenas da Província de Matto-Grosso*. Rio de Janeiro, Moraes & Filhos, 1881.

CASTELNAU, F. de. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo. Cia. Ed. Nacional. 1949.

CHARLEVOIX, P. F. J. *Historia del Paraguay*. Madrid, Libreria General de Vitoriano Suarez, 1912.

CORTESÃO, J. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC, 1958.

FERREIRA, J. A. Notícia sobre os índios de Matto-Grosso dada em officio de 2 de dezembro de 1848 ao ministro e secretário d'Estado dos Negócios do Império, pelo Director Geral dos Índios da então Província. *O Archivo. Revista destinada á vulgarização de documentos geográphicos e históricos do Estado de Matto-Grosso*. s/n. p.79-96, Cuiabá, 1848.

FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: EDUSP, 1977.

GADELHA, R. M. A.F. *As missões jesuíticas do Itatim: Um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais, sec. XVI e XVII*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

GANDIA, E. de *Las misiones jesuiticas y los bandeirantes paulistas*. Buenos Aires, Editorial La Facultad, 1936.

GAY, J. P. *História da República Jesuítica do Paraguai*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

HOLANDA, S. B. *Monções*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1945.

_____. *O Extremo Oeste*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1976.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2000.

JARDIM, R. J. G. Creação da Directoria dos indios na Província de Mato Grosso. *Revista Trimestral de História e Geographia*, t. IX, Rio de Janeiro, IHGB, p. 548-554, 1869.

LOPES, J. F. Itinerário de Joaquim Francisco Lopes encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a Província de São Paulo e a de Matto-Grosso pelo baixo Paranapanema. Rio de Janeiro. IN: *Revista Trimestral de História e Geografia*, n. 13. 1848.

MAGALHÃES, M. L. *Payaguá: os senhores do rio Paraguai*. Dissertação (mestrado em História), São Leopoldo, UNISINOS, 1999.

MONTOYA, Pe. A. R. de. *C onquista espiritual feita pelos religiosos da Cia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1985.

MOURA, C. F. Os Paiaguás, "índios anfíbios" do rio Paraguai. In; *Separata dos Anais da V Reunião Internacional de História Naútica e da Hidrografia*, Rio de Janeiro, 1984.

NEME, M. Dados para a História dos índios Caiapó. *Anais do Museu Paulista* Tomo XXIII, p. 101-148. São Paulo, Museu Paulista, 1969.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.* São Paulo, Edições Loyola. 1986.

RONDON. C. M. "Índios do Brasil – Do Centro ao Noroeste e Sul de Mato-Grosso". In *Publicação n 97 do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.* Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1946.

_____. "Relatório dos trabalhos realizados de 1904-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado do Mato Grosso". In *Publicação n 69-70 do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.* Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1949.

SCHMIDEL, U. *Relatos de la conquista del rio de la Plata y Paraguay: 1534-1554.* Madrid, Alianza Editorial, 1986.

SILVA, G. J. da. *Da terra seca à condição de índios "Terra Seca": os Atikum em Mato Grosso do Sul.* Monografia (especialização em Antropologia). Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso. 2000.

TAUNAY, A. D'E. *Na era das bandeiras.* São Paulo: Melhoramentos, 1922.

____. *História das bandeiras paulistas.* São Paulo: Melhoramentos, 1951.

____. *Relatos monçeiros.* São Paulo: EDUSP. 1981.

TAUNAY, Visconde de. *Entre os nossos índios.* São Paulo. Ed. Melhoramentos. 1931.

____. *A Retirada da Laguna, Episódio da Guerra do Paraguai,* 12ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1935.

VASCONCELOS, C. A. de. *A questão indígena na Província de Mato Grosso.* Campo Grande, Editora UFMS, 1999.

GUARANI

BRAND, A.J. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá.* Dissertação. (mestrado em História). Porto Alegre, PUCRS. 1993.

CORTESÃO, J. *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760).* Manuscritos da Coleção de Angelis. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1952.

ELLIOT, J. H. A emigração dos Cayuas. In: *Revista do IHGB,*Tomo XIX. Rio de Janeiro, 1856.

MELIÁ, B. *El Guarani conquistado y reducido: Ensayos de Etnohistória.* Asunción, Biblioteca Paraguaya de Antropologia – v. 5, 1993.

MELIÁ, B. GRUNBERG, G. & GRUNBERG, F. *Los Pãi Tavyterã - Etnografia Guarani del Paraguay contemporâneo.* Asunción, Centro de Estudios Antropológicos, 1976.

MÉTRAUX, A. Migrations historiques des Tupi-guarani. *Journal de la Société des Americanistes,* N.S. Tome XIX, Paris, 1927.

NIMENDAJU, C. *As lendas de criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani.* São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1987.

PERRONE-MOISÉS, L. *Vinte Luas. viagem de Paulmier de Goneville ao Brasil: 1503-1505*. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

SANTOS, J.A.M.dos. *Relatório: Os Guarani do Trópico de Capicrórnio. identificação de áreas indígenas: Cerrito, Vila Juty e Maracaju*. Brasília, 2a. SUER/FUNAI, 1986.

SCATAMACCHIA, M.C.M. & MOSCOSO, F. Análise do padrão de estabelecimentos Tupi Guarani. *Revista de Antropologia*, vols. 30/31/32. p. 37-54, São Paulo, USP/Depto de Ciências Sociais, 1989.

SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo, EPU/USP, 1974.

SUSNIK, B. *Dispersión Tupí-Guaraní Prehistórica*. Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1975.

TETILA, J. L. C. *Marçal de Souza : Tupã'I, um guarani que não se cala*. Campo Grande. Editora UFMS. 1994.

KADIWÉU

BOGGIANI, G. *Os caduveos*. São Paulo, Ed. Itatiaia e EDUSP. 1975.

HERBERTS, A. L. *Os Mbayá-Guaicurú: área. assentamento, subsistência e cultura material*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, UNISINOS, 1998.

LEVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. Lisboa. Edições 70. 1986.

PRADO, F. R. de. *História dos índios Cavalleiros ou da Nação Guaycurú*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1908.

RIBEIRO, D. *Kadwéu: ensaio etnológico sobre o saber, o amar e a beleza*. Petrópolis, Ed. Vozes. 1980.

RIVASSEAU, E. *A vida dos índios Guaicurus*. São Paulo, Série Brasiliana, vol. LX Cia. Editora Nacional. 1936.

SERRA, R.F. de A. Parecer sobre o aldeamento dos índios Guaicurus e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião. estabilidade e costumes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 7, p. 204-218, Rio de Janeiro, 1850.

SIQUEIRA JR., J. G. *Arte e técnicas Kadiwéu*. São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.

TERENA

BITTENCOURT, C. M. & LADEIRA, M. E. *A história do povo Terena*. São Paulo, USP e ME. 2000.

CARVALHO, E. de A. *As alternativas dos vencidos: Índios Terena no Estado de São Paulo*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1979.

GODOY, A. F. *A cerâmica Terena e sua produção na arte indígena do Mato Grosso do Sul*. Monografia (Especialização em História Regional). Aquidauana. Departamento de História do *Campus* de Aquidauana da UFMS. 2001.

OLIVEIRA, R. C. de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

SCHUCH, M E. J. *Xaray e Chané: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no Alto Paraguai*. Dissertação (Mestrado em História) São Leopoldo, Centro de Educação e Humanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1994.

SILVA, F. A. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista. N.S.* v. 3 p. 271.379, São Paulo, 1949.

OFAYÉ

CIMI-MS. *Ofaié, o povo do Mel*. Campo Grande, CIMI - Conselho Indigenista Missionário. 1991.

DUTRA, C A. dos S. *Ofaié: morte e vida de um povo*. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. 1996.

GUDSCHINSKY, S.C. *Fragmentos de Ofayé, a descrição de uma língua extinta*. Trad. Miriam Lemle. Brasília, S.I.L., (Série lingüística, 3), 1974.

NIMUENDAJU, C. *Etnografia e indigenismo sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*. Campinas: Editora Unicamp. 1993.

RIBEIRO, D. Notícia dos Ofaié-Chavante. *Revista do Museu Paulista, N.S*, São Paulo, USP, vol. 5, p. 105-114. 1951.

GUATÓ

CÉSAR, J. V. Guatós reaparecem após 40 anos. *Revista Atualidade Indígena*, v. 3 n. 17, p. 51-54, Brasília, FUNAI, 1979.

METRAUX, A. The Native tribes of Estern Bolívia and Western Matto Grosso. Sup. American Ethnologie, v. 134, p. 136-42, Washington, 1942.

___. The Guató. In: Stuard, J. H., *Handbook of South American Indians*. Washington, S.I.B.A. E. Bull, 1946.

OLIVEIRA, J. E. *Os argonautas Guató, aportes para o conhecimento das assentamentos e da susistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. Dissertação (Mestrado em História) Porto Alegre, PUCRS, 1995.

PALACIO, A. P. Guató: uma língua redescoberta. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, p. 74-5, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência, 1987.

SCHMIDT, M. *Estudos de Etnologia Brasileira: peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional. 1942.

FOTO: MARIA CECILIA MARTINS

Gilson Rodolfo Martins, nasceu na cidade de São Paulo em 1953. Obteve o bacharelado em História na Universidade de São Paulo - USP e doutorou-se em Arqueologia Pré-histórica brasileira pela mesma universidade. É professor adjunto do Departamento de História do *Campus* Universitário de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul onde chefia o Laboratório de Pesquisas Arqueológicas – LPA, órgão deste departamento.

No âmbito do LPA, nos últimos anos coordenou vários projetos de pesquisa arqueológica em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Além das atividades docentes e de pesquisa, integrou a diretoria nacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB, nas últimas duas gestões.

Nos últimos dez anos atuou como perito judicial da Justiça Federal em Mato Grosso do Sul em processos relacionados à legalização de terras indígenas no Estado. No mesmo período representou a UFMS no extinto Conselho Estadual dos Direitos do Índio - CEDIN, órgão vinculado à Secretaria da Justiça e do Trabalho de Mato Grosso do Sul. É membro correspondente, em Mato Grosso do Sul, da Academia Paraguaya de La História.

Na foto, o autor com seu filho Itay em visita a Toledo, capital da Espanha no século XV, época dos descobrimentos marítimos e geográficos.

O objetivo do Programa é estimular a publicação e a distribuição de livros-textos, obras de referência e outras que contribuam diretamente para a formação inicial e continuada de professores.

Veja como funciona

O Programa será desenvolvido com o apoio do Comitê de Produtores da Informação Educacional (Comped) na reprodução dos materiais aprovados, segundo as seguintes condições:

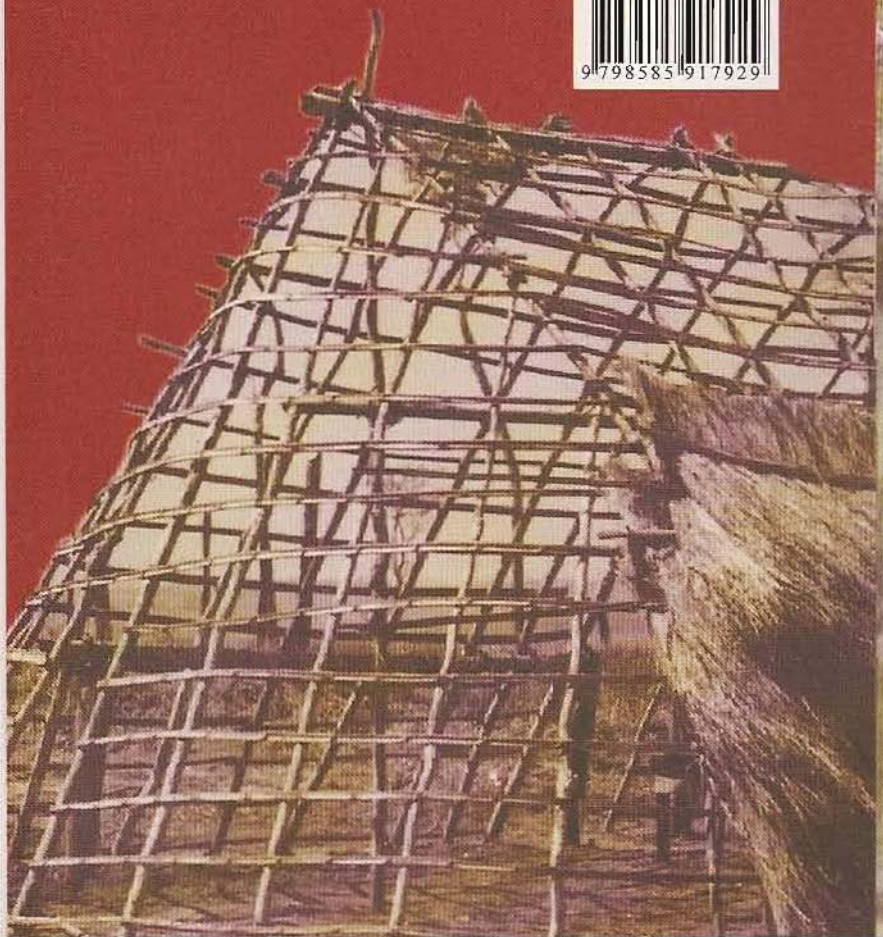
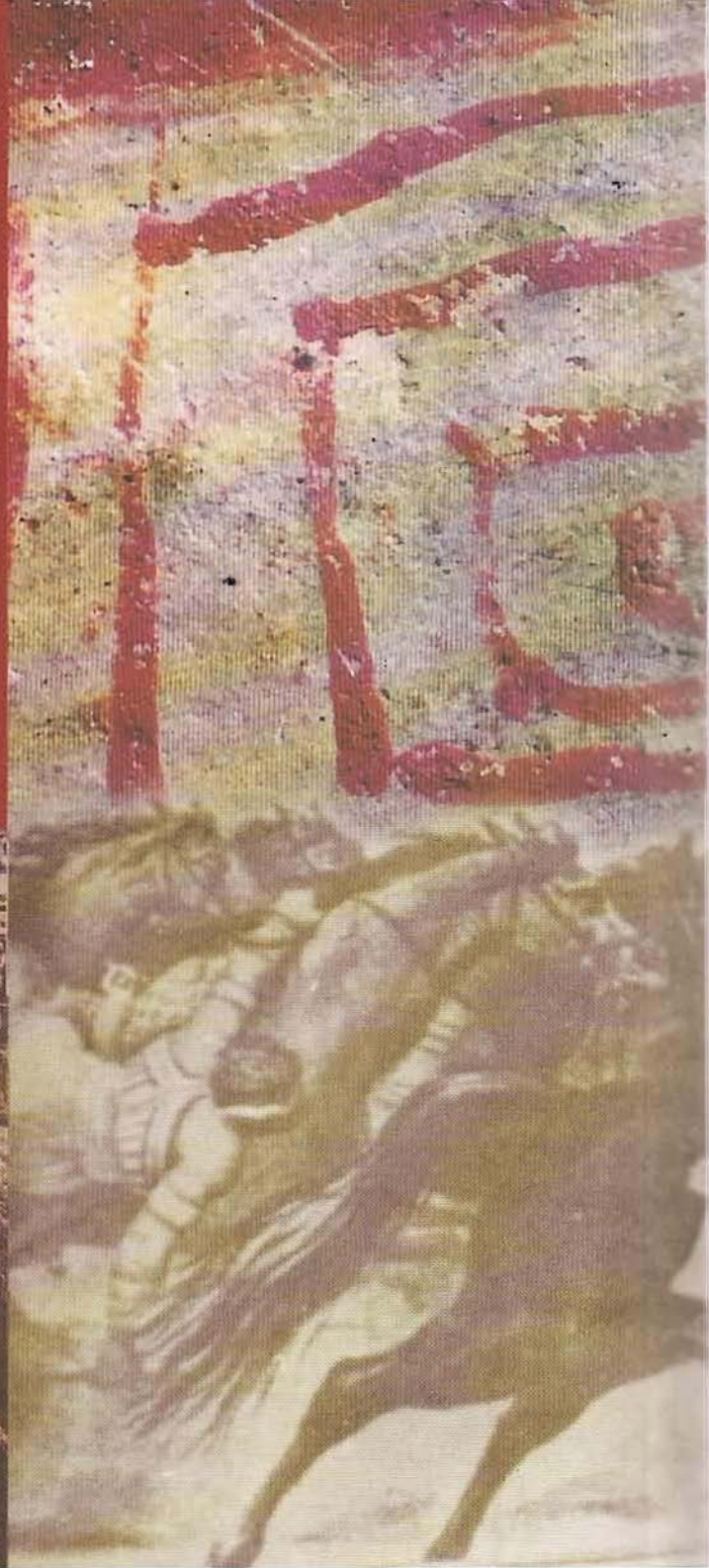
1) Terão preferência as editoras universitárias de Instituições de Ensino Superior mantidas pelo setor público.
2) Não serão aceitas obras que se caracterizem como estudo de caso, dissertação ou tese sem as devidas modificações para adequá-las ao público-alvo do Programa.
3) É permitida a co-edição das obras aprovadas com outras editoras.
4) As obras a serem encaminhadas ao Programa devem ser previamente selecionadas e aprovadas pelos respectivos Conselhos Editoriais.
5) Só serão aceitas reedições de obras comprovadamente esgotadas há, no mínimo, dois anos.
6) Não há limite de envio de propostas por editora ou por processo de seleção. Também não há limite para o número de obras que podem ser contratadas para reprodução.
7) Cada volume de uma mesma obra é considerado como uma proposta independente.
8) Para cada reprodução apoiada, deverá ser enviada ao INEP uma cota de 1.000 exemplares, para distribuição às bibliotecas universitárias, às unidades acadêmicas, às editoras participantes do Programa e, por solicitação, a outras instituições interessadas, até esgotar a referida cota.
9) Para cada obra a ser reproduzida nos termos do Programa será elaborado instrumento contratual específico, indicando todas as condições a serem seguidas pelas partes. A Editora Universitária responsabilizar-se-á por todos os custos de edição da obra apoiada, além da prestação de contas e outras exigências que se fizerem necessárias.

Maiores informações e calendário consultar:
http://www.inep.gov.br/comped/default.htm - E-mail: comped@inep.gov.br

Endereço: Secretaria Executiva do Comped
Centro de Informações e Biblioteca em Educação – CIBEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Térreo
Brasília - DF - CEP 70047 – 900
Telefones: (61) 410-9052 ou 323-5510

No início do século XVI, por ocasião do "descobrimento" do Brasil, o território do atual Estado de Mato Grosso do Sul era densamente povoado por índios Guarani, Guató, Ofayé, Kaiapó Meridional, Payaguá e outras sociedades indígenas.

No entanto, é muito provável que a presença do homem na região supere dez mil anos.

Dos vestígios arqueológicos à situação atual das populações indígenas remanescentes, neste "Breve Painel", Gilson Rodolfo Martins faz um relato etno-histórico do processo de ocupação de Mato Grosso do Sul na convicção de que é preciso conhecer o passado para melhor decidir sobre o futuro.

ISBN 85-85917-92-X
9 798585 917929